



ACADEMIA MILITAR

A Influência Militar Inglesa nas Batalhas da Crise de 1383-1385: O Caso da Batalha de Trancoso

Autor: Aspirante de Cavalaria Carlos Filipe Ribeiro Branco

Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017



ACADEMIA MILITAR

A Influência Militar Inglesa nas Batalhas da Crise de 1383-1385: O Caso da Batalha de Trancoso

Autor: Aspirante de Cavalaria Carlos Filipe Ribeiro Branco

Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017

EPÍGRAFE

“Assim que nos mostram algo de antigo numa inovação, ficamos descansados.”

Friedrich Nietzsche

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e à minha irmã, por todo o amor ao longo destes anos.

AGRADECIMENTOS

Esta investigação é o culminar de cinco anos de trabalho e aquisição de conhecimentos e, por esse motivo, expresso nela os meus profundos agradecimentos às diferentes entidades que me guiaram ao longo desta caminhada na Academia Militar.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã, a quem, inclusivamente, dedico este trabalho, por, dia após dia, me transmitirem a força necessária para continuar de cabeça levantada. Nos momentos em que falhei, agradeço pela paciência, carinho e dedicação que sempre demonstraram.

À minha restante família e aos meus amigos, que sempre se mostraram presentes nos momentos mais difíceis da minha vida.

À Simone, por todo o amor, dedicação e paciência. Nunca encontro as palavras certas para expressar a minha gratidão, ainda assim, dentro do que elas me permitem, agradeço-lhe pela admiração e orgulho que sempre demonstrou, bem como o apoio e a presença incansável. Sem ela, nenhuma conquista valeria a pena.

Ao meu orientador, o Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa, por embarcar comigo neste desafio, pela constante disponibilidade, estímulo e pela confiança que depositou em mim.

Ao Tenente-Coronel de Cavalaria Miguel Freire, por guiar o meu Curso de Cavalaria no sentido de cumprirmos a primeira missão como Oficiais de Cavalaria e pelo exemplo de pessoa e militar.

À Major de Cavalaria Elisabete Silva, por se mostrar sempre disponível e prestável ao longo do 4º ano da Academia Militar.

Ao Tenente-Coronel de Cavalaria João Santana pela forma como seguiu o Curso no sentido de cumprirmos os objetivos a que nos propusemos.

À Câmara Municipal de Trancoso, na pessoa do Professor Amílcar Salvador, pela pronta disponibilidade em facultar todo o apoio necessário a mais um filho da terra.

Ao Curso General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva pelos cinco anos que partilhámos e pelas constantes demonstrações de camaradagem.

E, por fim, ao meu Curso de Cavalaria, por todas as aventuras que vivemos juntos, por me ajudarem a crescer como ser humano e como militar, por estarem presentes nos momentos mais difíceis da minha formação e por nunca me deixarem caminhar sozinho na procura de também nós merecermos o nome de soldados.

RESUMO

O presente trabalho pretende centrar-se nas inovações militares de origem inglesa, que surgiram no decorrer das campanhas anglo-escocesas (1296-1328), tendo sido aprimoradas na Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e confirmadas na Guerra Civil de Castela (1366-1369), e ainda na sua aplicação em Portugal, mais concretamente na Batalha de Trancoso (1385). Esta batalha é pouco valorizada na História Militar de Portugal, tendo tido, no entanto, um papel de grande relevância no cenário político e militar, assim como na componente moral dos dois exércitos que se opuseram em Aljubarrota (1385). O objetivo desta investigação é identificar e caracterizar a influência inglesa no que concerne à tática e à organização militar nas batalhas portuguesas durante a crise de 1383-85, na Batalha dos Atoleiros (1384) e na Batalha de Aljubarrota (1385), e analisar, em particular, a Batalha de Trancoso (1385), com o intuito de perceber se as inovações resultantes da atividade militar inglesa estiveram presentes em Trancoso e, se sim, de que forma elas se manifestaram. A investigação foi conduzida com base numa abordagem diacrónica, tendo-se abordado a temática segundo o método de investigação histórica onde analisámos os factos cronologicamente, desde o momento em que surgem as primeiras inovações, nas campanhas anglo-escocesas, até à sua utilização na Batalha de Trancoso a 29 maio de 1385. Demos ainda uso ao método comparativo para ver que inovações são coincidentes nas diversas batalhas estudadas. Concluímos que, em Trancoso, estiveram presentes alguns dos fatores que caracterizam o modelo militar inglês do Século XIV. Ao analisar todos os fatores que definem a arte militar inglesa da época em estudo, verifica-se que a Batalha de Trancoso contém indícios da maioria dos seus princípios básicos, mesmo que não esteja presente a utilização do arco longo inglês, peça fulcral na resolução de muitas batalhas em que a Inglaterra participou.

Palavras-chave: Trancoso, Tática, Inglaterra, Inovação, Crise (1383-1385).

ABSTRACT

This research is focused on the British military innovations that emerged in the Anglo-Scottish War (1296-1328), its improvements in the Hundred Years War (1337-1453), confirmation in the Castilian Civil War (1366-1369), and its application in Portugal, specifically in the Battle of Trancoso (1385). This battle is devalued in the Portugal's Military History, however it had a major role not only in the political and military scenario, but also in the moral component of the two opposing armies in Aljubarrota (1385). The purpose of this research is to identify and characterize English influence on tactics and military organization in the Portuguese battles during the 1383-85 crisis in the Battle of Atoleiros (1384) and in the Battle of Aljubarrota (1385). Particularly, the research will focus on the Battle of Trancoso (1385) in order to identify the presence English military activity and how these innovations were manifested. The research was conducted using diachronic approach and the subject matter was approached through the historical investigation method where we analyzed the facts chronologically, from the moment the first innovations appeared in the Anglo-Scottish campaigns to their use in the Battle of Trancoso on 29 May 1385. We also used the comparative method to determine which innovations coincide in the various battles discussed. We conclude that in Trancoso factors that characterize the English military model of the 14th century were clearly present. Analyzing all the factors that define the English military model of the time under study, the Battle of Trancoso contains evidence of its basic principles regardless of the absence of the use of the English longbow, a key element in solving many battles fought by England.

Keywords: Trancoso, Tactics, England, Innovation, 1383-1385 Crisis.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS.....	xii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA E ESTADO DA ARTE	3
1.1. Revisão de Literatura.....	3
1.2. Estado da Arte.....	4
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	6
CAPÍTULO 3 – A AFIRMAÇÃO DA ARTE MILITAR INGLESA NO SÉCULO XIV	8
3.1. Enquadramento	8
3.2. Guerra Anglo-Escocesa (1296–1328)	8
3.2.1. Stirling Bridge (11 de setembro de 1297).....	9
3.2.2. Falkirk (22 de julho de 1298).....	9
3.2.3. Bannockburn (23/24 de junho de 1314)	10

3.3. Guerra dos Cem Anos (1337-1453)	11
3.3.1. Batalha de Crécy (26 de agosto de 1346)	11
3.3.2. Batalha de Poitiers (19 de setembro de 1356).....	12
3.4. Guerra Civil de Castela (1366-1369)	14
3.4.1. A Batalha de Nájera (3 de abril de 1367)	15
3.5. As Inovações Militares	16
3.5.1. O dispositivo defensivo e a preparação do terreno.....	16
3.5.2. A valorização da tropa a pé	17
3.5.3. A valorização da profundidade	18
3.5.4. O arco longo	18
CAPÍTULO 4 - A CRISE DE 1383-85 E A GUERRA EM PORTUGAL	20
4.1. Enquadramento	20
4.2. As Guerras de D. Fernando.....	21
4.2.1. A Primeira Guerra com Castela (1369-1371)	21
4.2.2. A Segunda Guerra com Castela (1372-1373)	22
4.2.3. A Terceira Guerra com Castela (1381-1382).....	23
4.3. A Aliança Inglesa	26
4.3 A Guerra em Portugal em 1384	28
4.3.1. Batalha dos Atoleiros (6 de abril de 1384)	28
4.3.2. O Cerco de Lisboa.....	29
4.4. A Guerra em Portugal em 1385	30
4.4.1. A Batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385).....	31
CAPÍTULO 5 – A BATALHA DE TRANCOSO	33
5.1. Enquadramento	33
5.2. Os efetivos na Batalha de Trancoso	35
5.3. O desenrolar da Batalha de Trancoso.....	35

5.4. O balanço da tática utilizada em Trancoso	38
CAPÍTULO 6 – UMA VISÃO ATUAL SOBRE O CAMPO MILITAR DE TRANCOSO...	
.....	40
CONCLUSÕES	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APÊNDICES	I
Apêndice A – A Batalha de Stirling Bridge (1297)	I
Apêndice B – A Batalha de Falkirk (1298)	III
Apêndice C – A Batalha de Bannockburn (1314)	IV
Apêndice D – A Batalha de Crécy (1346)	VI
Apêndice E – A Batalha de Poitiers (1356)	VIII
Apêndice F – A Batalha de Nájera (1367)	X
Apêndice G – O arco longo	XI
Apêndice H – A Batalha dos Atoleiros	XII
Apêndice I – A Batalha de Aljubarrota	XIII
Apêndice J – A Batalha de Trancoso	XV
Apêndice L – Antiga Rede Viária em Trancoso	XVII
Apêndice M – Fotografias atuais no Campo de Batalha de Trancoso	XVIII
ANEXOS	XX
Anexo A – O arco longo	XX
Anexo B – As Guerras Fernandinas	XXI
Anexo C – A Incursão Castelhana na Beira em 1385	XXIV
Anexo D – Trancoso na atualidade	XXV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da Batalha de Stirling Bridge (O ataque inglês).....	I
Figura 2 – Esquema da Batalha de Stirling Bridge (O contra-ataque escocês).....	II
Figura 3 – Esquema da Batalha de Falkirk (1298).....	III
Figura 4 – Esquema da Batalha de Bannockburn (1314) (Antecedentes da Batalha).....	IV
Figura 5 – Esquema da Batalha de Bannockburn (24 de junho de 1314).....	V
Figura 6 – Esquema da Batalha de Crécy (1346) (A tentativa dos besteiros genoveses).....	VI
Figura 7 - Esquema da Batalha de Crécy (1346) (O ataque francês).....	VII
Figura 8 – Esquema da Batalha de Crécy (1346) (O triunfo dos arqueiros).....	VII
Figura 9 – Esquema da Batalha de Poitiers (1356) (O ataque francês).....	VIII
Figura 10 – Esquema da Batalha de Poitiers (1356) (O ataque do monarca francês).....	IX
Figura 11 – Esquema da Batalha de Poitiers (1356) (A captura do monarca francês).....	IX
Figura 12 – Esquema da Batalha de Nájera (1367).....	X
Figura 13 – Esquema da Batalha dos Atoleiros (1384).....	XII
Figura 14 – Esquema da Batalha de Aljubarrota (1385) (O ataque da vanguarda francesa)..	XIII
Figura 15 – Esquema da Batalha de Aljubarrota (1385) (O contra-ataque português).....	XIV
Figura 16 – A Batalha de Trancoso (1385) – As Posições Iniciais.....	XV
Figura 17 – A Batalha de Trancoso (1385) – O desvio castelhano e a resposta lusa.....	XVI
Figura 18 – Antigas Vias em Trancoso.....	XVII
Figura 19 – Perspetiva castelhana junto à Quinta das Corgas.....	XVIII
Figura 20 – A Capela de São Marcos.....	XVIII
Figura 21 – Monumento alusivo à Batalha de Trancoso, junto à capela de São Marcos.....	XIX

Figura 22 – O arqueiro com o seu arco longo.....	XX
Figura 23 – A Primeira Guerra com Castela (1369-71).....	XXI
Figura 24 – A Segunda Guerra com Castela (1372-73).....	XXII
Figura 25 – Combate Naval em Saltes.....	XXIII
Figura 26 – A Terceira Guerra com Castela (1381-82).....	XXIII
Figura 27 – Incursão Castelhana pela Beira em 1385.....	XXIV
Figura 28 – Carta Militar Atual.....	XXV
Figura 29 – Área classificada e rede viária antiga.....	XXVI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Efetivos da Batalha de Stirling Bridge (1297).....	I
Quadro 2 – Efetivos da Batalha de Falkirk (1298).....	III
Quadro 3 – Efetivos da Batalha de Bannockburn (1314).....	IV
Quadro 4 – Efetivos da Batalha de Crécy (1346).....	VI
Quadro 5 - Efetivos da Batalha de Poitiers (1356).....	VIII
Quadro 6 – Comparação entre o arco Longo e a besta.....	XI
Quadro 7 – Efetivos da Batalha de Aljubarrota (1385).....	XIII
Quadro 8 – Efetivos da Batalha de Trancoso (1385).....	XV

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES:

Apêndice A – A Batalha de Stirling Bridge (1297)

Apêndice B – A Batalha de Falkirk (1298)

Apêndice C – A Batalha de Bannockburn (1314)

Apêndice D – A Batalha de Crécy (1346)

Apêndice E – A Batalha de Poitiers (1356)

Apêndice F – A Batalha de Nájera (1367)

Apêndice G – O arco longo

Apêndice H – A Batalha dos Atoleiros

Apêndice I – A Batalha de Aljubarrota

Apêndice J – A Batalha de Trancoso

Apêndice L – Antiga Rede Viária em Trancoso

Apêndice M – Fotografias atuais no Campo de Batalha de Trancoso

ANEXOS:

Anexo A – O arco longo

Anexo B – As Guerras Fernandinas

Anexo C – A Incursão Castelhana na Beira em 1385

Anexo D – Trancoso na atualidade

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Cap.	Capítulo
EME	Estado Maior do Exército
nº	Número
p.	Página
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
vol.	Volume

INTRODUÇÃO

Este trabalho, sob a forma de Trabalho de Investigação Aplicada é o culminar do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria, no Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, a Academia Militar.

O Homem procurou, desde sempre, obter vantagem sobre o seu inimigo. É face às ações deste último que ele desenvolve soluções para lhe fazer frente. A necessidade e o instinto de sobrevivência permanente do ser humano permitiu criar as mais diversas inovações militares ao longo dos tempos.

No presente trabalho exploramos a arte militar inovadora dos ingleses e a forma como ela surgiu. O trabalho visa identificar e caracterizar a influência das táticas e da organização militar inglesa nas batalhas ocorridas em Portugal durante a crise de 1383-1385, na Batalha dos Atoleiros (1384), no Cerco de Lisboa (1384) e na Batalha de Aljubarrota (1385), e analisar, em particular, a Batalha de Trancoso (1385). Pretende-se caracterizar o enquadramento da Batalha de Trancoso na crise, procurando identificar se e de que forma os traços inovadores da atividade militar inglesa estiveram presentes.

Pretende-se ainda destacar a importância desta batalha, travada na Beira Alta, em maio de 1385, uma vez que não é tão reconhecida como as batalhas dos Atoleiros e de Aljubarrota, consideradas exemplos da influência inglesa, tão relevante na resolução da crise que culminou, justamente, com a vitória portuguesa a 14 de agosto de 1385, na Batalha de Aljubarrota.

Com a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada pretende-se obter resposta para a seguinte Questão Central: “No âmbito da atividade militar desenvolvida em Portugal durante a crise de 1383-85, como pode ser entendido o caso da Batalha de Trancoso (29 de maio de 1385)?”.

Pretende-se objetivamente indagar qual ou quais as inovações tecnológicas, tanto ao nível do equipamento como ao nível técnico e tático, de origem inglesa, e a influência desta em Portugal, empregues nas batalhas da crise de 1383-85. É objetivo do trabalho trazer novo conhecimento no domínio da História Militar de Portugal, procurando comparar os dispositivos e as táticas utilizadas nas 3 batalhas (Atoleiros, Trancoso e Aljubarrota), e olhar

de forma crítica para o caso da Batalha de Trancoso, que ainda pouco se encontra explorado relativamente a este assunto, acreditando, por isso, que o presente trabalho pode trazer uma nova abordagem ao tema.

O trabalho encontra-se estruturado em 6 capítulos, iniciando-se com a Revisão de Literatura e o Estado da Arte, onde referimos as principais obras, qual a sua abordagem e de que forma nos foram úteis para a sua realização. Segue-se a Metodologia, onde referimos a abordagem feita ao tema, o modelo de análise utilizado e as perguntas levantadas para a investigação. No capítulo 3, expomos as inovações militares inglesas enquadrando-as nas batalhas onde tiveram especial importância. No capítulo seguinte, demonstramos como a arte da guerra inglesa está presente em Portugal e de que forma ela chegou até nós. O capítulo 5 está subordinado ao estudo da Batalha de Trancoso, enquadrando os factos e explicando o desenrolar da batalha, de forma a realçar quais as técnicas e táticas militares presentes. No capítulo 6 pretendemos enquadrar a Batalha de Trancoso nos dias de hoje, estudando o terreno e enfatizando os locais por onde passaram as forças. No final do trabalho explanamos as Conclusões, onde respondemos à Questão Central, expomos as limitações sentidas na realização do trabalho e fazemos algumas recomendações para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA E ESTADO DA ARTE

1.1. Revisão de Literatura

O presente trabalho tem como principal objetivo perceber como podemos encarar a Batalha de Trancoso (1385) no âmbito da atividade militar desenvolvida em Portugal sob a influência inglesa. Para tal, não poderíamos esquecer a História Geral que enquadra os acontecimentos da época, e que estão presentes nas seguintes obras utilizadas para a elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada: “História de Portugal vol. I” de Fortunato de Almeida, “Aljubarrota 600 Anos”, da autoria de diversos autores na Conferência na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, o volume I de “Nova História Militar de Portugal” da autoria de Jorge Barroca, Miguel Duarte e João Gouveia Monteiro. Deste último autor utilizámos ainda outros trabalhos que nos foram úteis para compreender a guerra no Portugal do século XIV, como “A aventura da Guerra no Portugal medieval”, “Aljubarrota, 1385. A batalha real” e “A Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): Ensaio Geral para Aljubarrota?”. Ainda neste âmbito, utilizámos “O Alentejo na fundação e restauração” de Marques Crespo e “De Extremoz a Aljubarrota - Quinze dias de operações de Nun’Álvares (31 de Julho a 14 de Agosto de 1385)” do Tenente-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga.

Utilizámos também para a elaboração deste trabalho algumas obras de língua inglesa que nos ajudaram a compreender as inovações militares presentes nas batalhas anglo-escocesas, na Guerra dos Cem Anos e na Guerra Civil de Castela, para além do desenrolar das mesmas. Nesse sentido, destacamos algumas publicações da editora Osprey como: “Bannockburn 1314 Robert Bruce’s great victory” e “Stirling Bridge & Falkirk 1297– 98 William Wallace’s rebellion”, ambas de Pete Armstrong; “The Hundred Years’ War” de Anne Curry; “Knight: The Warrior and World of Chivalry” de Robert Jones; “Crécy 1346 Triumph of the Longbow”, “Poitiers 1356 The capture of a King” e “European Medieval Tactics (2) The Revival of Infantry 1260–1500” de David Nicolle. Este último autor tem ainda uma obra, também ela publicada pela Osprey, intitulada “The Portuguese in the Age of Discovery c. 1340-1665” que permitiu compreender a orgânica portuguesa do Século

XIV.

No entanto, outros autores abordaram estes assuntos, nomeadamente as campanhas anglo-escocesas, para as quais utilizámos “Robert Bruce, Our Most Valiant Prince, King and Lord” de Colm McNamee, “By Sword and Schiltron: An Analysis of the Battle of Bannockburn” de Branden Yeates e “The Emergence of a Nation-State, 1100-1300” de Keith Stringer. No que concerne à Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a nossa bibliografia inclui “The Battle of Poitiers 1356” de David Green, “The Battles of Crécy and Poitiers” de Christoph Nahr e “The Hundred Years War: Trial by Battle vol.1” de Jonathan Sumption. Sobre a Guerra Civil de Castela, recorremos a “Spanish Involvement in the Hundred Years War and the Battle of Nájera” de L. J. Andrew Villalon no livro “Hundred Years War, A Wider Focus” e aos trabalhos de Fátima Regina Fernandes intitulados “As elites políticas e o conceito de fronteira na Península Ibérica medieval” e “Nobility, King, and Frontier on the Medieval Peninsula”.

No que toca a inovações ao nível de equipamento, o arco longo é de facto o mais relevante de todos. Por essa razão, utilizámos o livro “The Longbow” de Mike Loades, o artigo “The Efficacy of the English Longbow: A Reply to Kelly DeVries” de Clifford Rogers, os trabalhos académicos “Tactics, Strategy, and Battlefield formations during the Hundred Years War: The Role of the Longbow in the “Infantry Revolution” ” de John J. Mortimer, “Arqueiros na Guerra dos Cem Anos: A transição militar da Baixa Idade Média” de Guilherme Floriani Saccomori e “Historical Evolution Of The Bow : Longbow Vs . Crossbow” de Eric Faust, Adam Prueitt, Parham Salimi e Luis Vargas.

1.2. Estado da Arte

No âmbito do presente tema não existem obras publicadas, que se dediquem especificamente ao estudo da influência inglesa na Batalha de Trancoso (1385), embora, neste contexto, seja relevante a contribuição de outras obras como as que destacamos a seguir.

Para abordar o nosso caso de estudo recorremos a obras de Salvador Dias Arnaut, como “A Batalha de Trancoso” e “Acerca da Batalha de Trancoso”. Na primeira, o autor faz uma profunda abordagem ao tema construindo um enquadramento da batalha, apresentando efetivos e explicando o desenrolar desta. Na segunda obra, Arnaut resume os acontecimentos mas apresenta uma data mais precisa para a Batalha de Trancoso.

Lopes Correia, com “Notícias de Trancoso”, faz uma descrição dos factos mais

importantes da história da vila, onde se enquadra a Batalha de Trancoso. No livro “Aljubarrota 600 Anos”, para além do que já referimos acima, também traz informação sobre o caso de estudo, com o Coronel Frederico Alcide de Oliveira em “A Batalha de Trancoso”, onde são abordados os dispositivos adotados e os possíveis eféticos, sem no entanto concluir sobre a influência inglesa aqui presente.

Utilizámos ainda a obra “A Batalha de Trancoso” de Pedro Gomes Barbosa para perceber alguns conceitos de organização militar medieval e a mesma presente em Trancoso. Deste mesmo autor, em parceria com Alexandre Patrício Gouveia, o livro “A Batalha de Trancoso: A vitória dos nobres da Beira” procura fazer uma releitura da batalha e analisar, do ponto de vista da tática, do armamento e da organização os dois exércitos. Não há, no entanto uma conclusão sobre a presença da arte militar inglesa como um todo e, por isso, consideramos pertinente o estudo que aqui se apresenta.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Neste capítulo pretendemos explicar a metodologia empregue na elaboração deste trabalho, mostrando nele a abordagem feita ao problema, os seus limites e o modelo de análise utilizado para o desenvolvimento do tema.

Assim, este Trabalho de Investigação Aplicada foi desenvolvido com base numa abordagem diacrónica¹ e segundo o método de análise histórica², pois estudamos os factos de uma forma cronológica, desde o surgimento das primeiras inovações nas campanhas anglo-escocesas até à Batalha de Trancoso em maio de 1385.

De forma a não perder o foco no estudo, o trabalho está delimitado pela segunda metade do século XIV, mais especificamente pelo período da crise de 1383-1385. No entanto, deverá fazer-se referência a períodos anteriores a título de enquadramento para o tema que se está a tratar. Como tal, no período referido irão ser abordados os temas seguintes: a Guerra Anglo-Escocesa (1296-1328), a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a Guerra Civil de Castela (1366-1369), as Guerras Fernandinas (1369-1382), a Guerra da Independência (1384-1385) e o desenrolar da Batalha de Trancoso (1385). Consideramos ser importante respeitar o tempo e o espaço que aqui referimos, pois permite a compreensão da realidade histórica que, mais do que descrever, aqui se pretende explicar.

O estudo tem por base a pesquisa bibliográfica, onde se inclui a análise de fontes textuais e iconográficas, complementada com uma investigação comparativa, de forma a encontrar semelhanças entre as táticas militares medievais do século XIV utilizadas pelos ingleses e aquela que foi utilizada em Portugal, mais concretamente a que foi utilizada em Trancoso. Esta pesquisa possibilitou desenvolver o trabalho segundo a Questão Central “No âmbito da atividade militar desenvolvida em Portugal durante a crise de 1383-85, como pode ser entendido o caso da Batalha de Trancoso (29 de maio de 1385)?”, permitindo compreender quais as inovações tecnológicas, tanto ao nível do equipamento como ao nível técnico e tático, de origem inglesa, presentes na Batalha de Trancoso (1385).

¹ Recolha de material histórico para demonstrar as alterações ao longo do tempo (Bonsieue, Kellner, & Poessnecker, 1984).

² O método histórico “analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à sua constituição, ao seu desenvolvimento, à sua formação e às suas consequências, de uma forma cronológica” (Sarmiento, 2013, p.8).

Para dar resposta a esta questão, criámos algumas Questões Derivadas que nos permitem estudar o tema de uma forma faseada e que, por consequência, levam a uma melhor compreensão do mesmo.

Iremos dar resposta à Questão Derivada 1: “Quais foram as principais inovações militares verificadas no século XIV?”, estudando as principais campanhas militares onde se verifica uma inovação na arte da guerra por parte dos ingleses.

De seguida, pretendemos saber qual o impacto dessas mesmas inovações em Portugal e, para isso, responderemos à Questão Derivada 2: “De que forma se observaram, nas batalhas portuguesas, inovações militares relevantes?”. Posteriormente, entraremos no nosso caso de estudo: a Batalha de Trancoso, a 29 de maio de 1385.

Para compreendermos como decorreu a batalha e se existem indícios da presença das inovações militares inglesas iremos responder à Questão Derivada 3: “Como ocorreu a Batalha de Trancoso no final de maio de 1385?”.

Dessa forma, é ainda realizada ainda uma pequena abordagem ao método comparativo³ aquando do estudo das diversas batalhas que referimos ao longo do trabalho e, mais concretamente, da Batalha de Trancoso, nomeadamente em termos de dispositivo, tipo de força utilizada e equipamento.

³ Este método permite focar as semelhanças e as diferenças entre os casos em estudo (Colliers, 1993).

CAPÍTULO 3 – A AFIRMAÇÃO DA ARTE MILITAR INGLESA NO SÉCULO XIV

3.1. Enquadramento

As inovações militares resultam da necessidade de fazer face às técnicas ou táticas adotadas pela força opositora, tendo-se verificado esta afirmação em múltiplas ocasiões ao longo da História. Desta forma, para auxiliar nesta pesquisa, irão ser abordadas as Guerras mais importantes no contexto europeu do final do século XIII e século XIV, como é o caso da Guerra Anglo-Escocesa, da Guerra dos Cem Anos e da Guerra Civil de Castela.

3.2. Guerra Anglo-Escocesa (1296–1328)

O longo reinado de Alexandre III foi marcado pela paz e pela prosperidade, apesar da sua falha ao não deixar nenhum sucessor (Armstrong, 2003). Em 1286, com 44 anos, o monarca escocês morre, devido a uma queda do seu cavalo. Os seus três filhos já tinham morrido e a única descendente era a sua neta Margarida, Donzela da Noruega, com três anos de idade. Esta morre em 1290, o que deixa a Escócia sem um monarca óbvio. Aparece mais de uma dúzia de possíveis herdeiros ao trono e, em simultâneo, uma oportunidade para a Inglaterra (Stringer, 2005). Os nobres escoceses pedem, então, a intervenção de Eduardo I, que tenta ajudar na decisão para a sucessão, informando que deve ele ser reconhecido como Senhor da Escócia (Armstrong, 2003). Em 1295, os líderes escoceses, cuja determinação e habilidade para defender a independência haviam sido subestimadas por Eduardo I, desprezam a soberania inglesa em prol da comunidade escocesa e assinam uma aliança com a França. Começa, no ano seguinte, a Guerra Anglo-Escocesa (Stringer, 2005).

No contexto desta guerra, onde se salientam as batalhas de Stirling Bridge (1297), Falkirk (1298) e Bannockburn (1314), a Inglaterra apreendeu muitas lições que viria a utilizar para melhorar as técnicas e táticas dos seus exércitos, que consolidariam em conflitos posteriores, pertinentes para o presente trabalho. Neste contexto, tem interesse abordar as

batalhas pelas inovações técnicas, táticas e ao nível do equipamento, pelo que será nesse sentido que irá decorrer a descrição dos factos.

3.2.1. Stirling Bridge (11 de setembro de 1297)

John de Warrane, Conde de Surrey conduziu uma força de 6700 ingleses até Stirling, sob observação dos escoceses, que se encontravam ao comando de Andrew Murray e William Wallace, num efetivo de 6400 homens, 6000 deles piqueiros⁴ (Armstrong, 2003). Na manhã do dia 11 de setembro, os escoceses aguardavam, numa postura defensiva, pelos ingleses. Estes teriam de atravessar a ponte de Stirling. Numa terceira tentativa de atravessar a ponte, os escoceses esperaram que metade da força inglesa tivesse atravessado a ponte e, descendo rapidamente a colina, carregaram sobre eles⁵ (McNamee, 2006). Os ingleses iam desenvolvendo à medida que iam atravessando a ponte e, na altura certa, os escoceses lançam o seu ataque com os piqueiros, que avançaram sobre a vanguarda inglesa que ia ficando encurralada pelo rio Forth⁶. Os que se encontravam na ponte assistiam, impotentes, à “matança”, e os que podiam, tentavam escapar, acabando alguns por se afogar no rio (Armstrong, 2003).

Assim, “a Batalha de Stirling Bridge foi uma vitória histórica que restaurou a confiança e orgulho escoceses”⁷ (McNamee, 2006, p. 103).

3.2.2. Falkirk (22 de julho de 1298)

Após a derrota de Stirling Bridge (1297), Eduardo I regressa de França para liderar um exército contra os escoceses⁸, ao comando de William Wallace. O exército inglês, que era composto também por alguns galeses, parou perto de Edimburgo, enquanto Wallace esperava em Falkirk, numa postura defensiva. Os escoceses, apesar da pouca cavalaria e dos poucos arqueiros, tinham um grande número de piqueiros, reunidos em quatro formações grandes e estáticas, conhecidos por *schiltrons*⁹ (Nicolle, 2012a). Quando os ingleses

⁴ Ver Apêndice A, Quadro 1

⁵ Ver Apêndice A, Figura 1

⁶ Ver Apêndice A, Figura 2

⁷ Tradução do autor.

⁸ Ver Apêndice B, Quadro 2

⁹ Uma formação defensiva, composta por longas lanças, de difícil penetração para a cavalaria (Loades, 2013).

atacaram inicialmente, a sua cavalaria deparou-se com valas, dificultando a sua aproximação às forças escocesas (Mortimer, 2013).

A cavalaria inglesa tentou carregar sobre os *schiltrons* escoceses, mas sem sucesso, devido ao número de lanças. Assim, os arqueiros e besteiros dispararam uma grande quantidade de flechas sobre piqueiros escoceses que, concentrados, eram alvos fáceis. No dispositivo começaram a surgir algumas lacunas, que os cavaleiros ingleses aproveitaram para conseguir penetrar e causar uma grande desorganização na formação, que acabou por se desfazer e os escoceses fugiram em direção à floresta de Callendar (Armstrong, 2003).

A Batalha de Falkirk (1298)¹⁰ evidenciou as dificuldades da cavalaria quando atacava num terreno complicado. No decorrer desta batalha, os ingleses perceberam isso, bem como a importância do arco longo (Mortimer, 2013).

3.2.3. Bannockburn (23/24 de junho de 1314)

Dado o cerco escocês a Stirling, o monarca inglês, Eduardo II decide partir em auxílio do castelo (Monteiro, 2003). Assim sendo, no dia 23 de junho de 1314, 800 homens montados, sob o comando de *Sir Robert Clifford*, são confrontados e derrotados pelo *schiltron* do Conde de Moray¹¹ (Armstrong, 2002). O exército de Eduardo¹² reagrupou-se em desordem considerável, e acamparam essa noite entre os ribeiros Pelstream e Bannock (Yeates, 2015).

Os escoceses do rei Robert Bruce procuraram posições defensivas e escolheram um terreno que, embora plano, era rodeado de árvores e águas pantanosas. Escavaram ainda pequenos fossos e covas-de-lobo que, na manhã seguinte, aquando do primeiro ataque, os ingleses ultrapassaram sem grande dificuldade, mas que, posteriormente, face à pressão dos escoceses, começaram a surtir efeito, levando a cavalaria inglesa a cair neles (Monteiro, 2003). Os piqueiros escoceses, organizados em 3 *schiltrons*, avançam e empurram os ingleses, que acabam por se retirar, incluindo o rei, Eduardo II¹³. Muitos foram capturados ou afogaram-se no Bannock (Armstrong, 2002).

¹⁰ Ver Apêndice B, Figura 3.

¹¹ Ver Apêndice C, Figura 4

¹² Ver Apêndice C, Quadro 3

¹³ Ver Apêndice C, Figura 5

Os ingleses sofreram uma grande derrota na batalha de Bannockburn, da qual retiraram lições e a partir da qual começaram a experimentar táticas onde usavam eficazmente cavaleiros e arqueiros, em simultâneo (Mortimer, 2013).

3.3. Guerra dos Cem Anos (1337-1453)

A Guerra dos Cem Anos opôs, primeiramente, a França e a Inglaterra, entre 1337 e 1453, (apesar de os ataques só se iniciarem em 1339), alastrando-se às regiões adjacentes, como a Itália, a Espanha e os Países Baixos (Villalon, 2005).

Carlos IV morreu quando só ainda reinava há 6 anos e, pela primeira vez em mais de três séculos, não havia um sucessor indiscutível para o trono francês (Sumption, 1990). Eduardo III era sobrinho de Carlos IV e serviu-se disso para concorrer ao trono da França. No entanto, a Coroa foi concedida a Filipe VI de Valois, sobrinho de Filipe IV, *O Belo* (Monteiro, 2003).

No decorrer deste longo conflito, decorreram várias batalhas, no entanto, com relevo para o presente estudo, vamos apenas destacar algumas, onde estão presentes algumas das inovações militares que aqui pretendemos abordar, como as batalhas de Crécy (1346) e Poitiers (1356).

3.3.1. Batalha de Crécy (26 de agosto de 1346)

A Batalha de Crécy foi a primeira grande batalha da Guerra dos Cem Anos (Mortimer, 2013). Em julho de 1346, Eduardo III desembarca na Normandia e entra pela França. Nas imediações de Crécy-en-Ponthieu, Filipe VI de França alcança o seu rival, a 26 de agosto de 1346. Eduardo III escolheu com cuidado a sua posição, evitando o combate em campo aberto. Escolheu um terreno relativamente plano, num vale, delimitado a sul por uma densa floresta e a norte por um cume, onde existia um moinho, ocupado pelo próprio monarca inglês de forma a melhor comandar a operação (Monteiro, 2003). A posição de Eduardo foi bem escolhida, tanto para atacar como para defender (Curry, 2002).

Os ingleses cavaram um grande número de covas no chão à frente da sua linha, de forma a que, se a cavalaria francesa se aproximasse, os cavalos tropeçassem nessas covas (Mortimer, 2013). Após uma forte chuvada, as encostas do vale tornaram-se muito lamacentas, contribuindo para aumentar a dificuldade do terreno (Nicolle, 2000). Os ingleses

encontravam-se em inferioridade numérica¹⁴, apesar do conhecimento relativamente aos efetivos ser difuso. Assim, Eduardo III mandou os seus homens desmontar e formar três unidades. Utilizou os arqueiros, provavelmente nos seus flancos, um pouco avançados. Já os franceses, chegaram ao campo de batalha com bastante desorganização (Monteiro, 2003).

Ao serviço dos franceses estavam também besteiros genoveses que são enviados para a linha da frente¹⁵, apoiados por outros homens apeados. Estes besteiros foram sem os seus escudos, pois tinham ficado atrás, na carriagem¹⁶, o que os tornava extremamente vulneráveis, sobretudo enquanto recarregavam (Nicolle, 2000). E, uma vez que choveu, a humidade prejudicou a elasticidade das cordas das bestas, condicionando a sua cadência de tiro, que era de 3 a 5 virotões por minuto, ao passo que a cadência de tiro dos arcos longos ingleses era de 10 a 12 flechas por minuto¹⁷. Por essa razão, os besteiros sofreram mais baixas e viram-se obrigados a recuar (Monteiro, 2003). Ao recuarem, os besteiros genoveses são encarados como traidores pela cavalaria francesa, que tenta atacar o inimigo, esbarrando nos besteiros que recuavam e instalando uma grande confusão¹⁸ (Nicolle, 2000). Apesar do poderio do ataque da cavalaria francesa, armada com lança e espada, este não surte o efeito pretendido, devido à inclinação do terreno e aos obstáculos no solo. Os arqueiros ingleses aproveitaram esta desorganização para causar pesadas baixas. Seguiram-se mais cargas da cavalaria francesa, que não tiveram êxito sobre as linhas defensivas apeadas dos ingleses, de tal forma que Filipe VI abandonou o campo de batalha¹⁹, sem que os ingleses iniciassem uma perseguição (Monteiro, 2003).

A postura defensiva com obstáculos naturais, como os bosques e o uso do relevo, e com os fossos e covas-de-lobo cavados no momento, a solidez das linhas defensivas inglesas que se encontravam apeadas, os arqueiros colocados nos flancos e o seu poder de fogo são parte do sistema elaborado no contexto das guerras anglo-escocesas e que em Crécy se revelaram como a peça fundamental para a vitória sobre os franceses (Monteiro, 2003).

3.3.2. Batalha de Poitiers (19 de setembro de 1356)

¹⁴ Ver Apêndice D, Quadro 4.

¹⁵ Ver Apêndice D, Figura 6.

¹⁶ “Carriagem” era o nome dado ao extenso trem de apoio que acompanhava um exército no seu movimento (Barroca, Duarte e Monteiro, 2003).

¹⁷ Ver Apêndice G, Quadro 6.

¹⁸ Ver Apêndice D, Figura 7.

¹⁹ Ver Apêndice D, Figura 8.

Ao comando da hoste inglesa²⁰ que combateu na Batalha de Poitiers estava o filho mais velho de Eduardo III, também ele de seu nome Eduardo, conhecido por Príncipe Negro (Nicolle, 2004). A Batalha de Poitiers confirmou especificamente a sua reputação militar e dos ingleses no geral (Green, 2008).

O Príncipe Negro desembarcou em Bordéus, devastou o sul de França e pretendia dirigir-se em direção ao norte. Apanhado na região de Poitiers, o comandante inglês é obrigado a combater, e por isso, escolheu a sua posição, caracterizada por ser um terreno praticamente plano, com umas moitas à frente e o bosque de Nouaille na retaguarda. Os flancos estavam protegidos pelo Miausson, um ribeiro que se situava numa zona pantanosa, à esquerda, e por uma fortaleza de carroças encostadas à estrada romana, à direita (Monteiro, 2003). Na manhã do dia 18 de setembro, a hoste inglesa cava algumas valas com o intuito de proteger o seu flanco direito e, no dia seguinte, os franceses, sob o comando de D. João II, marcham para uma posição a noroeste das linhas inglesas (Nicolle, 2004).

O Príncipe Negro organizou as suas forças em três unidades, duas delas mais avançadas e a outra mais atrás, ao centro. À frente e lateralmente a estas colocou um grande número de arqueiros. Todos estes homens se encontravam apeados, com exceção de um grupo de cavaleiros anglo-gascões ligeiramente armados e comandados pelo Captal de Buch. Estes homens encontravam-se no flanco direito da retaguarda, prontos a serem utilizados num momento decisivo, como se de uma reserva²¹ se tratasse. Já os franceses, estavam organizados em unidades de cavalaria desmontada, possivelmente intercalada por uma unidade de cavalaria ligeira. Na frente francesa encontravam-se 200 a 300 cavaleiros, muitos piqueiros e, possivelmente, um reduzido número de besteiros (Monteiro, 2003).

Com o dispositivo pronto para combate, Eduardo mandou retirar, começando pelo flanco que estava apoiado pelos arqueiros, à sua esquerda. Vendo isto, os franceses lançam uma carga montada sobre os ingleses²², no entanto, devido à velocidade da carga, os franceses não têm o apoio dos besteiros pois, uma vez apeados, não conseguem acompanhar. Os arqueiros que apoiavam o flanco que se encontrava a recuar começaram a disparar sobre a cavalaria francesa, conseguindo quebrar a carga com severas baixas (Nicolle, 2004). Era difícil ter resultados uma vez que as armaduras eram bastante resistentes e os arqueiros só

²⁰ Ver Apêndice E, Quadro 5.

²¹ “As reservas são forças não empenhadas que um comandante necessita para manter a liberdade de ação de forma a lidar com evoluções da situação, tanto expectáveis como inesperadas. As suas principais tarefas são as de reforçar, barrar, contra-atacar, substituir outras unidades e a proteção de flancos e da área da retaguarda” (Estado Maior do Exército [EME], 2012, p. 7-3).

²² Ver Apêndice E, Figura 9

conseguiram o número de baixas no inimigo ao se posicionarem de flanco e a apontar à parte traseira dos cavalos (Mortimer, 2013). A unidade de cavalaria apeada chegou mais tarde, sendo confrontados pela firme infantaria inglesa e dos arqueiros que, sem oposição, disparavam (Monteiro, 2003). Sem obter resultados, os franceses retiram, ordenados por João II, e uma outra unidade, comandada pelo Duque de Orleães que percebe mal a ordem, retira também. Assim, a unidade do monarca francês fica sozinha na frente²³, sendo mais tarde protegida pelos besteiros que se colocam à sua frente (Nicolle, 2004). João II avança com a sua unidade e tenta um último ataque (Monteiro, 2003). Eduardo manda Captal de Buch fazer um movimento torneante e atacar a unidade inimiga, enquanto os restantes montam nos seus cavalos e atacam também²⁴ (Nicolle, 2004).

Devido a esta dupla pressão, os franceses deixam de conseguir reagir e cederam (Monteiro, 2003). Os sobreviventes retiram para sul sob fogo dos arqueiros ingleses que se dispersam em vários grupos (Nicolle, 2004). A batalha resultou num desastre ainda maior do que em Crécy (1346) para os franceses que, para além de verem o seu exército destruído, ainda viram o seu rei, João II, ser capturado (Nahr, 2009).

3.4. Guerra Civil de Castela (1366-1369)

Com a morte do rei Afonso XI, monarca castelhano, no cerco de Gibraltar em 1350, assistimos à ascensão ao trono castelhano de Pedro I, o Cruel (Fernandes, 2005). Existiam, no entanto, dentro da família real, duas linhagens distintas: a linhagem legítima, que era a de D. Pedro, e uma linhagem ilegítima, a de D. Henrique, um bastardo fruto da relação de Afonso XI com Leonor de Gusmão. Quando subiu ao trono, D. Pedro revelou-se autoritário, mandando assassinar Leonor de Gusmão enquanto procurava aumentar o poder da realeza. Face a este cenário, instala-se uma guerra civil em Castela, opondo os dois irmãos (Monteiro, 2003). “Os dois irmãos estavam em campos opostos, mas buscavam um mesmo fim, assegurar uma via de estabelecimento pessoal, objetivo invariável desta nobreza baixo-medieval independente das suas condições de nascimento” (Fernandes, 2004, p. 23).

No contexto desta guerra civil, trava-se a Batalha de Nájera, em 1367, onde os ingleses também são parte integrante e onde se verificam novamente inovações táticas já abordadas. No subcapítulo seguinte iremos descrever a batalha, salientando a arte militar inglesa presente.

²³ Ver Apêndice E, Figura 10.

²⁴ Ver Apêndice E, Figura 11.

3.4.1. A Batalha de Nájera (3 de abril de 1367)

A 3 de abril de 1367, dois dos maiores exércitos do século XIV²⁵ enfrentaram-se, desencadeando uma das maiores batalhas da época (Villalon, 2005). Pedro de Castela era apoiado pelo Príncipe Negro, que comandava o contingente inglês, e Henrique tinha o apoio francês, sob o comando de Bertrand Du Guesclin (Jones, 2011). Com o Tratado de Brétigny-Calais²⁶, que interrompeu a Guerra dos Cem Anos, os dois irmãos rivais conseguiram trazer os apoios externos para a Península Ibérica, não deixando no entanto, de ser uma extensão da guerra que se tinha vindo a desenrolar entre Inglaterra e França (Monteiro, 2003).

Henrique ignora os conselhos dos franceses que o acompanhavam e que já tinham a experiência de combater contra os arqueiros ingleses e decidiu lutar num campo aberto, onde esperava que a sua cavalaria fosse mais eficaz (Nicolle, 2012a). Tinha a sua cavalaria montada e dividida em três unidades, com homens de armas²⁷ em cada uma das duas alas e cavaleiros no centro, onde também se encontrava Henrique. Na vanguarda, encontravam-se homens de armas, desmontados, ao comando do condestável Du Guesclin (Monteiro, 2003). Atravessando os Pirenéus, e via Navarra, o reino vizinho, chegou a força comandada por Eduardo, em auxílio de Pedro I (Villalon, 2005). D. Pedro tinha uma unidade desmontada equipada com lança em cada uma das alas, onde possivelmente também se encontravam os arqueiros, uma unidade desmontada, sob o comando do Duque de Lencastre, na vanguarda, e na retaguarda encontrava-se uma unidade equipada com lanças, onde também se encontravam Pedro e Eduardo (Monteiro, 2003).

O exército de Pedro avançou em formação de combate, em que todos estavam apeados à exceção da sua retaguarda, em direção ao exército do seu rival. Os besteiros não tinham comparação aos arqueiros e, por isso, sofreram muitas baixas, assim como a cavalaria anglo-castelhana de Henrique, que não se conseguiu aproximar o suficiente de forma a usar as suas armas (Nicolle, 2012a). A ala direita da hoste inglesa ficou desobstruída e, desta forma, conseguiram avançar-se e atacar pela retaguarda a vanguarda de Du Guesclin.

²⁵ Ver Apêndice F, Quadro 6.

²⁶ The Treaty of Brétigny (1360) is used by modern historians as a marker to distinguish between the first and second phase of the Hundred Years War (Mortimer, 2013).

²⁷ “Os homens de armas da Europa Medieval eram, geralmente, nobres de linhagem ou burgueses abastados, vivendo de propriedades rústicas, à lei da nobreza. Alguns fidalgos mais ricos possuíam a grau de Cavalaria” (Veiga, 1931, p. 382-383).

Semelhante aconteceu na outra ala, cercando Henrique, que ainda tentou avançar, mas sem efeito por já não ter hipótese²⁸ (Monteiro, 2003).

À semelhança de outras batalhas analisadas anteriormente, vemos que as táticas que levaram à vitória nesta batalha, que passavam por combinar homens de armas desmontados e um elevado número de arqueiros, estavam bem implementadas, tendo sido desenvolvidas em vários confrontos desde as guerras anglo-escocesas (Jones, 2011).

3.5. As Inovações Militares

De certa forma, muitas das inovações aqui abordadas estão interligadas entre si, seja a adoção de uma postura defensiva e a consequente escolha e preparação do terreno, seja a importância da tropa a pé. Com a breve descrição das batalhas, desde Stirling Bridge (1297) até Nájera (1367), podemos encontrar algumas semelhanças entre elas, o que nos permitirá entender melhor a arte militar inglesa da época e as suas implicações nas batalhas portuguesas, nas quais se inclui a de Trancoso.

3.5.1. O dispositivo defensivo e a preparação do terreno

No âmbito do conflito anglo-escocês, a postura inicialmente defensiva é bem notória, assim como a escolha do terreno, embora em proporções diferentes. A Batalha de Stirling Bridge (1297) é um bom exemplo de sucesso no que concerne à escolha do terreno. Os escoceses colocaram-se numa postura defensiva e aguardaram o ataque dos ingleses, que para tal, teriam de atravessar uma estreita ponte. No momento oportuno, os escoceses atacaram e conseguiram vencer a batalha, dando luta apenas a uma parte do exército inglês, nomeadamente a que atravessou a ponte.

No ano seguinte, em Falkirk (1298), os escoceses estavam novamente numa postura defensiva, aguardando pela iniciativa inglesa. Quando estes atacaram pela primeira vez, sentiram dificuldade na aproximação à força liderada por Wallace por se depararem com obstáculos no terreno, particularmente valas. Na Batalha de Bannockburn (1314), as forças do monarca escocês Robert Bruce escolheram um terreno rodeado por árvores e águas pantanosas, numa postura defensiva, e escavaram fossos e covas-de-lobo. O facto de os escoceses serem capazes de escolher o seu terreno com cuidado, garantindo que a cavalaria

²⁸ Ver Apêndice, Figura 12.

inglesa tropeçaria em terreno impróprio, é algo que os ingleses começaram a considerar seriamente ao escolher um campo de batalha (Mortimer, 2013).

Na Guerra dos Cem Anos, os ingleses demonstraram uma arte militar já diferente, com influências das batalhas que os opuseram aos escoceses. Na Batalha de Crécy (1346), o terreno escolhido garantia vantagem aos ingleses pois, apesar de ser plano, estes utilizaram o relevo a seu favor. Relativamente aos obstáculos naturais, os ingleses cavaram covas para que a cavalaria francesa tropeçasse nestas. Adotaram uma postura defensiva e só depois atacaram. Também em Poitiers (1356), confrontados com a necessidade de combater, os ingleses escolheram um terreno que, como no exemplo anterior, era plano mas tinha obstáculos naturais à retaguarda e à esquerda. Para além disso, fortificaram o lado direito com carroças e escavaram valas para proteger esse flanco. “A commander naturally attempted to secure his flanks by using physical obstacles or natural cover” (Nicolle, 2012, p. 29).

A postura defensiva manteve-se também quando a guerra foi travada na Península Ibérica, nomeadamente em Nájera (1367), onde os ingleses só passaram à ofensiva numa fase em que a vitória estaria assegurada, à semelhança do que aconteceu em Poitiers (1356).

3.5.2. A valorização da tropa apeeda

De uma forma geral, verificou-se um aumento da importância da infantaria em várias partes da Europa Central e Oriental, que até então eram dominadas pela guerra montada (Nicolle, 2012a).

Na Batalha de Stirling Bridge (1297), a cavalaria inglesa, que se encontrava desorganizada e dividida, foi vencida pela infantaria escocesa, que atacou no momento certo. Em Falkirk (1298), os escoceses fizeram uso de uma infantaria compacta que, no entanto, não surtiu o efeito pretendido devido à ação dos arqueiros ingleses, como iremos ver mais à frente. Na Batalha de Bannockburn (1314), para além de uma postura defensiva, como já vimos, a principal causa da vitória escocesa é a “coesão e impenetrabilidade das linhas de infantaria” (Monteiro, 2003, p. 47).

Na Batalha de Crécy (1346), no contexto da Guerra dos Cem Anos, Eduardo III mandou apeiar a sua força e esperou a ofensiva inimiga. As cargas de cavalaria do exército franco-castelhano não tinham sucesso contra a sólida defesa apeeda dos ingleses. Também em Poitiers (1356) a vanguarda da hoste inglesa se encontrava apeeda, com arqueiros nos flancos e apenas na retaguarda se encontrava uma força montada.

A tropa apeada assume, assim, um papel fundamental, abandonando-se a tática do *break trough* da cavalaria. Aliás, “as batalhas do século XIV começavam por escaramuças entre arqueiros e besteiros”²⁹ (Nicolle, 2012, p. 29).

3.5.3. A valorização da profundidade

Ao longo dos conflitos acima mencionados, os ingleses foram alterando o dispositivo até criar um modelo que passaram a utilizar. Do estudo feito às batalhas enumeradas, podemos retirar o seguinte: À frente, os ingleses utilizavam tropa apeada, com dois ou três corpos, e nos flancos eram colocados os arqueiros.

Em Crécy (1346) e em Poitiers (1356), ambas vitórias inglesas, vemos este dispositivo ser adotado, com três unidades de tropa apeada, uma delas possivelmente mais recuada, dando mais profundidade ao dispositivo. No caso de Poitiers (1356), há ainda um grupo de cavaleiros montados na retaguarda, para serem utilizados num momento decisivo, semelhante ao termo que atualmente define a reserva.

Também em Nájera (1367) o exército do Príncipe Negro utilizou, para além das três unidades na vanguarda e nas alas, uma unidade na retaguarda, reforçando a ideia de profundidade do dispositivo.

A valorização da tropa apeada teve outra consequência, no âmbito do moral das tropas, pois o facto de estarem todos apeados, não havendo distinção entre o nobre e os restantes combatentes pertencentes ao povo, colocava-os num mesmo patamar. A arte militar inglesa é, por isso, uma nova política neste aspeto.

3.5.4. O arco longo

Os ingleses adotaram o uso do arco e flecha do povo galês e o seu recurso foi incentivado por Eduardo I. Este arco era alto e feito com madeira de teixo, o que garantia um grande impacto e um alcance maior, por isso, a um arqueiro eram exigidos anos de treino e força para utilizar o arco. O exército inglês passou a utilizar cada vez mais os arqueiros³⁰, superando a infantaria em 3 ou 4 vezes (Saccomori, 2011). O arco longo podia atingir um comprimento superior a um homem e, tanto a sua envergadura como a sua flexibilidade, tinham influência no comprimento das setas, que mediam cerca de 90 centímetros e tinham

²⁹ Tradução do autor.

³⁰ Ver Anexo A, Figura 22.

uma haste de madeira e uma ponta metálica (Barroca et al. 2003). A comparação entre a besta e o arco longo é uma antiga discussão³¹, pois era necessário muito treino para que um arqueiro conseguisse utilizar o arco eficazmente, enquanto que a besta poderia ser utilizada por qualquer um. De uma forma geral, a besta era menos eficiente que o arco longo (Faust, Prueitt, Salimi e Vargas, 2014).

Durante o século XIV os arqueiros ingleses transformaram-se na mais famosa infantaria europeia. Os arqueiros comparáveis eram conhecidos na França e nos Países Baixos, bem como na Polónia e em Itália, mas só na Inglaterra conseguiram o estatuto de elite militar (Nicolle, 2012a). Os arcos longos ingleses eram as armas mais mortíferas da época, causando efeitos devastadores nas forças adversárias (Rogers, 1998).

Em Falkirk (1298), os arqueiros ingleses conseguiram desorganizar as formações dos schiltrons escoceses. Em Crécy (1346), os arqueiros deram a Eduardo III uma considerável vantagem na Guerra dos Cem Anos (Loyn, 1989), inicialmente sobre os besteiros genoveses que tinham uma cadência de tiro inferior e que estavam desprotegidos, e posteriormente, contra a carga de cavalaria.

Na Batalha de Poitiers (1356) os arqueiros ingleses tiveram um papel fulcral, inicialmente ao dispararem, de flanco, sobre a carga de cavalaria montada, e *à posteriori* sobre as forças apeadas. Em Nájera (1367) o poder do arco inglês fez-se sentir, tendo uma nítida vantagem sobre os besteiros e sobre a cavalaria anglo-castelhana.

³¹ Ver Apêndice G, Quadro

CAPÍTULO 4 - A CRISE DE 1383-85 E A GUERRA EM PORTUGAL

4.1. Enquadramento

A crise de 1383-85 foi “um dos períodos mais animados e fecundos de toda a história militar portuguesa” (Barroca et al. 2003, p. 261). Com a morte de El-Rei D. Fernando, a 22 de outubro de 1383, em Lisboa, a Rainha D. Leonor Teles assume o governo do Reino, tal como estava descrito no Tratado de Salvaterra de Magos (Bossa, 1985).

A Rainha apresentava alguma insegurança na administração do reino e, na corte, destacava-se João Fernandes Andeiro, o homem que apoiara a quimera de D. Fernando de se sentar no trono de Castela e que mais tarde contribuíra para a elaboração do Tratado de Salvaterra de Magos, como iremos explicar mais adiante. O Conde Andeiro era um mestre da política internacional e manobrava habilmente os interesses e as emoções de D. Fernando e D. Leonor, tendo-se tornado o principal conselheiro de D. Leonor após a morte de D. Fernando. A maioria da sociedade portuguesa entendia que o direito ao trono pertencia a outro que não D. Leonor. Um largo sector defendia que o Infante D. João, meio-irmão de D. Fernando e fruto do relacionamento entre D. Pedro I e D. Inês de Castro, deveria subir ao trono. Um grupo minoritário defendia, no entanto, as pretensões ao trono de D. João, Mestre da Ordem Militar de Avis e filho bastardo de D. Pedro I com D. Teresa Lourenço (Oliveira, 1987). Era crucial que uma personalidade reunisse esforços que garantissem a independência do Reino de Portugal. É assim que D. João, Mestre de Avis, começa a ser adorado por todas as classes, ao passo que o ódio por D. Leonor aumentava a cada dia (Almeida, 1922).

“A revolução principiou a 6 de dezembro de 1383, com o assassinato, em Lisboa, nos próprios paços da rainha, do conde João Fernandes Andeiro” (Barroca et al. 2003, p. 261). Sem que os conspiradores contassem, a revolução tomou proporções maiores, alastrando-se para fora da capital portuguesa, tanto que, entre fins de 1383 e inícios de 1384, apoiantes do Mestre de Avis ocuparam os castelos de Lisboa, Beja, Portalegre, Estremoz e Évora (Monteiro, 2003). Em muitos casos, tratou-se de “autênticos movimentos insurrecionais populares” (Barroca et al. 2003, p. 261). Ao se aperceber desta situação, D. Juan I de Castela invade Portugal pela Beira Alta e, passando por Coimbra, dirige-se para Santarém, onde se encontra D. Leonor Teles. Aí, a rainha-viúva é obrigada a abdicar da regência. O tratado de

Salvaterra de Magos ficava, assim, comprometido e a solução para a Crise teria, irremediavelmente, de passar por uma resolução militar (Monteiro, 2003).

Face ao perigo que se vivia, as classes populares elegeram D. João, Mestre de Avis, o “Regedor e Defensor do Reino”, e como tal foi aclamado (Almeida, 1922). Era necessário organizar a defesa do Reino e o Mestre de Avis depressa se apercebeu da importância do auxílio de Inglaterra, reino com que Portugal tinha um tratado de aliança assinado em 1372, em Tagilde, e particularmente, do apoio do Duque de Lencastre, que tinha pretensões ao trono castelhano (Oliveira, 1987).

O jogo duplo de D. Fernando é bem evidente no já referido Tratado de Tagilde, que surge no final da Primeira Guerra com Castela e que alimenta o conflito, levando os dois reinos a prolongar as campanhas militares.

4.2. As Guerras de D. Fernando

4.2.1. A Primeira Guerra com Castela (1369-1371)

Os dez anos que antecederam o reinado de D. Fernando, “O Formoso”, não mostraram uma atividade militar significativa, sendo necessário esperar por 1369 para Portugal mergulhar de novo, num clima de hostilidade (Barroca et al. 2003).

O rei D. Fernando é descrito como uma pessoa afável, formosa, ágil, caridosa, “era o filho pródigo da nação”(Martins, 1901, p. 84). Porém, era demasiado bondoso. Tinha um fundo de sinceridade que se perdia e, apesar de tão bom e astuto, era doido por mulheres. D. Fernando pretendia o “gozar indolente dos carinhos e meiguices das mulheres”, pelo que não procurava o amor destas (Martins, 1901, p. 85).

O reinado fernandino é marcado por múltiplas guerras com a monarquia castelhana, iniciando-se com a morte de D. Pedro, filho único e legítimo de D. Afonso XI e da Rainha D. Maria de Portugal, às mãos do seu irmão bastardo D. Henrique, em 1369. É neste momento que D. Fernando intervém na vida política de Castela, seduzido pela vontade de ocupar o seu trono, no intuito de vingar a morte do seu primo D. Pedro. Assim, à causa de D. Fernando junta-se o Rei de Aragão, D. Pedro IV, após proposta de casamento com a sua filha, a Infanta D. Leonor, o Rei de Granada e muitos cavaleiros castelhanos que eram defensores da causa de D. Pedro (Almeida, 1922). Então, em 1369, D. Fernando invadiu a

Galiza³² e diversos barões galegos dirigiram-se ao seu encontro para o receberem e o aclamarem. (Martins, 1901). Ocupou a Corunha sem dificuldade e de seguida cercou Monterrey até que se rendessem. Paralelamente, D. Fernando enviou perto de 30 galés na direção de Sevilha, consciente da importância de empregar forças em diversos locais, e em simultâneo. A armada portuguesa, que se encontrava debilitada, acabou por retirar, evitando o combate e rumando em direção a Lisboa (Barroca et al. 2003).

O monarca castelhano marchou até Galiza, obrigando D. Fernando a regressar a Coimbra. D. Henrique II pôs ainda cerco a Guimarães, após se apoderar de Braga, e, quando D. Fernando iria partir em auxílio de Guimarães, já o rei castelhano ia além fronteira (Almeida, 1922). Esta retirada alterou a situação em termos de cenário da guerra, mas não diminuiu a vontade de combater entre os dois monarcas. Por isso mesmo, D. Fernando, já no Sul, reorganizou o equipamento e ajustou fronteiras com vista a preparar-se para uma segunda fase da guerra. Ainda no ano de 1370, chegavam à Península Ibérica emissários de Carlos V de França, com o intuito de pacificar o ambiente entre D. Fernando e D. Henrique II. As negociações tiveram o seu término em março de 1371, com a assinatura de um acordo em Alcoutim, que viria a enfureceu de súbito D. Pedro IV, monarca aragonês, levando-o a confiscar o ouro português, uma vez que, neste acordo, D. Fernando é prometido à infanta D. Leonor de Castela, acordando-se também o abandono de todos os lugares ocupados pelo monarca português (Barroca et al. 2003).

4.2.2. A Segunda Guerra com Castela (1372-1373)

O monarca português demonstrou cedo não ter vontade de cumprir o acordado em Alcoutim e, esquecido de todas as conveniências, D. Fernando, casa-se em 1372 com D. Leonor Teles (Almeida, 1922). D. Fernando, ou movido pelo desejo de desforra, ou pensando ainda nas suas velhas ambições, assinou em julho de 1372, em Tagilde, um tratado de aliança com dois enviados do Duque João de Lencastre, irmão de Eduardo III de Inglaterra, contra o monarca castelhano, estando em jogo o trono de Castelo, que o Duque de Lencastre pretendia, pois achava-se no direito deste por ser casado com uma filha de D. Pedro I de Castela (Barroca et al. 2003).

Já poucos meses antes da aliança com o Duque de Lencastre, El-Rei D. Fernando tinha assumido algumas atitudes hostis para com Castela, nomeadamente a apreensão de

³² Ver Anexo B, Figura 23.

navios castelhanos dentro do porto de Lisboa e ao longo da costa portuguesa (Almeida, 1922).

D. Henrique II ainda tenta a paz enviando um bispo para perceber o que o monarca português pretendia, mas as intenções deste estavam já bem definidas. Assim sendo, o rei de Castela entra pela Beira em direção a Lisboa, tomando Almeida, Pinhel, Celorico da Beira, Linhares e Viseu³³. Foi para sul passando por Coimbra, Torres Novas e Santarém. É de Santarém que D. Fernando manda alguns homens de armas, peões e besteiros agruparem-se em Lisboa, para irem ao seu encontro e juntos enfrentarem o exército castelhano. Tal acabou por não acontecer e D. Fernando mandou voltar a Lisboa parte dos homens que tinha chamado. Posto isto, D. Henrique II decide avançar até Lisboa, que alcançou e cercou. Os combates iam acontecendo, tanto em terra como no rio Tejo e D. Fernando tentava, como podia, manter a defesa da capital portuguesa, com os poucos homens que tinha ao seu dispor, até a situação se tornar insustentável (Barroca et al. 2003).

O auxílio, pedido há mais de cinco meses, não chegava de Inglaterra e, desta feita, D. Fernando viu-se obrigado a aceitar a paz em Santarém, em 1373, cujas condições ditadas por D. Henrique II obrigavam os portugueses a recusar acolher os ingleses nos portos e ao penhor de algumas fortalezas como Viseu, Miranda, Pinhel, Almeida, Celorico da Beira e Linhares. Visava ainda a conceção da sua meia-irmã, D. Beatriz, para casar com o irmão do castelhano, D. Sancho de Albuquerque (Martins, 1901). Obrigava também ao envio de galés armadas para apoiar Castela e França, na Guerra dos Cem Anos que andavam a travar com os ingleses e à expulsão de exilados castelhanos que se encontravam em Portugal. Desta forma, a 24 de março de 1373 foi levantado o cerco, que durava há 30 dias, à capital portuguesa (Barroca et al. 2003).

4.2.3. A Terceira Guerra com Castela (1381-1382)

As tentativas de D. Fernando pela conquista do trono castelhano não se ficavam por ali e, três meses depois da assinatura do Tratado de Santarém, dois enviados do monarca conseguem uma nova aliança com a Inglaterra, sob o olhar desaprovador dos castelhanos (Barroca et al. 2003). “O Formoso” iniciou ainda a construção de uma muralha de maneira a recompor a parte onde os castelhanos tinham feito estragos maiores e, assim, proteger

³³ Ver Anexo B, Figura 24.

Lisboa. Iniciada em finais de setembro de 1373, esta obra findou em finais de 1375, apesar de todas as dificuldades que iam surgindo e a complicavam (Almeida, 1922).

Quando D. Henrique II morre, em maio de 1379, sobe ao trono o herdeiro Juan I, mudando o cenário que a Península Ibérica estava a viver. D. Fernando, mostrando-se disposto a cumprir o acordado em Santarém, negocia a mão da Infanta D. Beatriz com D. Henrique, herdeiro do monarca castelhano (Barroca et al. 2003). Entretanto, o mais secretamente possível, o rei mantinha o contacto com Inglaterra. A possibilidade de D. Fernando realizar o desejo de governar Castela assentava na aliança de Lencastre, que foi mantida por João Fernandes Andeiro, O Conde Andeiro, quando enviado, por exigência de D. Henrique, para Inglaterra, aquando do acordo em Alcoutim. Assim, Andeiro era “o confidente do rei, e o seu agente para com Lencastre” (Martins, 1901, p. 88). Veio de Inglaterra, escondido, a mando do Rei, ficando hospedado em Estremoz, onde aproveitou para seduzir a Rainha D. Leonor Teles. Também o Rei de Castela, D. João I, se preparou para entrar em guerra, que se iniciou em 1381 nas fronteiras do Alentejo (Almeida, 1922). Um dos episódios mais quentes da guerra desenrolou-se no mar, tendo em conta o orgulho que cada um dos rivais sentia na sua armada. A frota portuguesa, composta por 21 galés, uma galeota e 4 naus, partiu de Lisboa a 11 de junho de 1381 para ir ao encontro da frota castelhana, que se encontrava em Sevilha e entretanto também rumou em direção à capital de Portugal, com o intuito de bloquear o estuário do Tejo e assim impedir o desembarque das tropas inglesas. A 17 de julho as duas armadas avistam-se e os castelhanos invertem o sentido em direção a Huelva, procurando travar o combate na ria, perto de Saltes³⁴, e aguardando por um ataque português. Perante isto, o almirante da frota portuguesa, o Conde João Afonso Telo, mantém a perseguição, ignorando a manobra adversária. As 17 galés castelhanas conseguiram neutralizar as 12 galés e uma galeota portuguesas que lhes faziam frente e as 8 galés que seguiam atrás chegaram tarde demais para apoiar no combate. A última galé inverteu o sentido e rumou a Lisboa na companhia das 4 naus para descrever o sucedido. Saturnino Monteiro (citado em Barroca et al. 2003, p. 258) afirma que “a derrota sofrida pela armada portuguesa, a mais pesada de toda a sua história teve repercussões imediatas no desenrolar da guerra, uma vez que deixou o estuário do Tejo aberto às arremetidas das armadas de Castela”.

Também por terra, nomeadamente em Trás-os-Montes (conquista das praças de Miranda do Douro e do Mogadouro), na Beira Alta (cerco e conquista de Almeida) e no

³⁴ Ver Anexo B, Figura 25.

Alentejo (cerco a Elvas)³⁵, a invasão castelhana se fez sentir, face às tentativas de contenção portuguesas. Mas, aquando da chegada da frota de mercenários de Edmundo de Cambridge, a 19 de julho de 1381, os portugueses viram uma oportunidade para inverter o cenário, existindo assim condições para uma nova ofensiva e vingar o orgulho ferido em Saltes. No entanto, começam a acontecer distúrbios por parte dos mercenários ingleses que provocavam danos às populações (Barroca et al. 2003). Estes desprezavam os portugueses ao ponto de roubar, matar e forçar mulheres. E alguns, enviados para o Alentejo, faziam o mesmo que os outros faziam em Lisboa, de tal forma que os portugueses iam fazendo justiça pelas próprias mãos (Almeida, 1922). As razões assentavam sobretudo no facto de os mercenários se encontrarem menos empenhados, uma vez que, no final do ano de 1381, os combates eram praticamente nulos. Só em março do ano seguinte começam a ocorrer alguns confrontos na zona fronteira entre Elvas e Badajoz, salientando-se o ataque bem sucedido a Lobón e Cortijo, duas localidades castelhanas. Também no mar, a ofensiva castelhana se fazia sentir, desta vez sobre Lisboa, com recurso a 80 velas (Barroca et al. 2003).

Pressionado pelos auxiliares ingleses, D. Fernando decide travar uma batalha decisiva frente a Castela. O local escolhido para a batalha foi junto à fronteira entre os dois rivais, perto do rio Caia. Os dois exércitos estiveram durante duas semanas junto ao rio, ocorrendo apenas algumas escaramuças para manter a ideia de que o confronto era inevitável. D. Fernando, inseguro, aguardava que tropas inglesas chegassem em auxílio, enquanto D. Juan I adotava uma tática defensiva. Perante esta situação, a batalha acabou por não acontecer, resultando num acordo de paz entre Portugal e Castela sem que ninguém contasse, sobretudo a Inglaterra, que desconhecia tal facto, e os mercenários, que se mostraram descontentes perante o cancelamento do combate (Barroca et al. 2003). A 9 de agosto de 1382 concluíram-se as negociações de paz, ficando acordado que os castelhanos restituíam Almeida e Miranda, e D. Beatriz casaria com D. Fernando, o segundo filho do monarca castelhano (Oliveira, 1987). No fim do mês a força de Edmundo de Cambridge regressa a Inglaterra, “sem honra nem proveito” (Barroca et al. 2003, p. 261).

Surgem os primeiros rumores das infidelidades de D. Leonor com João Fernandes Andeiro, o que aumenta a indignação dos murmuradores (Oliveira, 1987). D. Fernando, já doente, tenta, em vão, recuperar a aliança com Inglaterra. O monarca português vê diminuídas as suas capacidades no governo de Portugal, perdendo poder para D. Leonor

³⁵ Ver Anexo B, Figura 26.

Teles, para João Fernandes Andeiro, entretanto feito conde de Ourém, e para o bispo castelhano de Lisboa, D. Martinho (Barroca et al. 2003).

O casamento de D. Beatriz com D. Fernando não viria a acontecer, uma vez que em setembro de 1382 a Rainha de Castela faleceu e ajustou-se o casamento de D. Beatriz de Portugal com D. João I de Castela, com as seguintes condições: no caso de D. Fernando deixar um filho varão legítimo, a Coroa portuguesa pertencer-lhe-ia; caso contrário, o trono ficaria para D. Beatriz e, caso falecesse primeiro que D. João de Castela, seu marido, o trono português seria de Castela. No entanto, em qualquer um dos casos, o Reino de Portugal estaria sempre separado do de Castela. O governo de Portugal estaria a cargo da Rainha D. Leonor Teles até que D. Beatriz tivesse um filho varão com mais de catorze anos de idade. Assim, no dia 30 de abril de 1383, em Salvaterra de Magos, a Infanta D. Beatriz casa-se com D. João I de Castela (Oliveira, 1987).

A crise de 1383-85 foi uma consequência das ações bélicas levadas a cabo por D. Fernando ao longo do seu reinado na tentativa de ocupar o trono de Castela e a sua morte em outubro de 1383, foi apenas o agente iniciador desta crise.

4.3. A Aliança Inglesa

A aliança entre Portugal e Inglaterra foi estabelecida no século XIV e mantém-se até aos dias de hoje, representando a mais antiga aliança ainda ativa no mundo, e sendo, por isso, muitas vezes citada como “Velha Aliança”. Esta foi inicialmente formada por interesses militares e políticos da Inglaterra e de Portugal no contexto da segunda guerra fernandina, entre 1372 e 1373, e da Guerra dos Cem Anos, entre 1337 e 1453.

A origem da aliança entre Portugal e Inglaterra pode ser encontrada no tratado assinado em 1372, em Tagilde, sem envolver diretamente a Coroa Inglesa, mas que formou as bases para a aliança entre D. Fernando e o filho de Eduardo III de Inglaterra, o Duque de Lencastre, que era pretendente ao trono de Castela por ser casado com D. Constança, filha legítima do Rei D. Pedro (Almeida, 1922).

Este plano nunca chegou a concretizar-se no terreno e os portugueses acabaram por sair derrotados da segunda guerra fernandina, o que obrigou o governo português a profundas concessões aos castelhanos, como vimos anteriormente. Pelo acordo de paz assinado em Santarém, concede-se a Castela a mão da herdeira do trono português, promete-se fechar os portos nacionais aos ingleses e, inclusivamente, enviar forças navais contra eles. Era, então, necessário libertar o país da crescente influência política, militar e económica de

Castela. Ingleses e portugueses tinham, neste quadro, toda a urgência em formar uma aliança que cessasse a superioridade castelhana. O governo português não perdeu tempo e de imediato chegou a um novo tratado, desta vez entre a coroa portuguesa e a própria coroa de Inglaterra. É na sequência desta necessidade que surge, secretamente, o tratado de Londres, de 16 de junho 1373, acordado perpetuamente entre os monarcas, D. Fernando e Leonor de Portugal e Eduardo III de Inglaterra e os seus sucessores, por meio de João Fernandes Andeiro, conselheiro do rei, e Vasco Domingues, cónego da Sé de Braga, que se encontravam em Inglaterra (Nogueira, 1985).

Ficou prometida a amizade e aliança entre ambas as partes contra quaisquer dos seus inimigos, ficando também estas inibidas de lhes prestar auxílio, por mar ou por terra, e de acolher exilados políticos. A colaboração militar, quando necessária, com o envio de homens de armas, arqueiros e besteiros também ficou prevista nesta aliança (Faria & Miranda, 2010).

A influência inglesa no que concerne à arte militar também se fez sentir na organização. As duas grandes potências militares nesta altura eram a Inglaterra e a França, que influenciavam fortemente os seus aliados na Península Ibérica. Por isso se explica a criação dos cargos de condestável e de marechal de hoste (Barroca et al. 2003). Até então, a função destes era desempenhada pelo alferes-mor (Nicolle, 2012b).

Como já vimos anteriormente, o Conde Andeiro foi muitas vezes o embaixador português em Inglaterra, ao serviço de D. Fernando. Com a morte do monarca e a ascensão do Mestre de Avis a Defensor do Reino, este vê-se na necessidade de procurar auxílio inglês.

Face ao apoio naval de Castela à França durante a Guerra os Cem Anos, os ingleses necessitavam de apoio a esse nível. Ciente disso, o Mestre de Avis enviou Lourenço Martins e Thomas Daniel, em fevereiro de 1384, para pedir auxílio militar, o que Edmundo de Cambridge negou. Houve, porém, uma nova tentativa em finais de março, agora através de Lourenço Anes Fogaça e do mestre da Ordem de Santiago, D. Fernando Afonso de Albuquerque, que conseguiram uma licença para contratar mercenários ingleses. O recrutamento das tropas inglesas destinadas a auxiliar D. João I arrastou-se no tempo, enquanto o conflito com Castela se mantinha (Barroca et al. 2003). Chegam a Portugal, em abril de 1385, quatro barcos ingleses com soldados ingleses recrutados por Fogaça e pelo Mestre de Santiago, perfazendo um total de 640 homens, aos quais se juntou, mais tarde um pequeno grupo de anglo-gascões (Monteiro, 2003).

4.3 A Guerra em Portugal em 1384

O monarca castelhano manda algumas forças do seu exército entrar em Portugal pelo Alentejo, para conquistar praças e, posteriormente se dirigirem-se a Lisboa, para onde ele marchava para pôr cerco (Crespo, 1941). Em março de 1384, o Mestre de Avis nomeou um jovem de 23 anos, chamado Nuno Álvares Pereira, como fronteiro da comarca de Entre Tejo-e-Guadiana, tornando-o o responsável militar de toda a província do Alentejo (Monteiro, 2011).

É nessa província que se inicia a história de D. Nuno Álvares Pereira, onde “havia de revelar-se como o grande estratega militar das guerras contra Castela” (Bossa, 1985, p. 51).

4.3.1. Batalha dos Atoleiros (6 de abril de 1384)

D. Nuno Álvares Pereira partiu de Lisboa com quatro dezenas de escudeiros, e ao longo da sua marcha pelo Alentejo, foi aumentando a sua hoste, até ter 300 homens a cavalo, uma centena de besteiros e 1000 homens apeados (peões). Sai de Estremoz a 6 de abril de 1384, com o intuito de se dirigir para Fronteira, para onde se deslocavam os castelhanos, mas interrompe a sua marcha 2,5 quilómetros antes, por ser confrontado com o inimigo. Escolheu um terreno quase plano na Herdade dos Atoleiros³⁶ (Barroca et al. 2003).

O terreno escolhido não era muito amplo, com 200 metros de frente e uns 100 metros de profundidade, apresentando um desnível que favorecia os portugueses tanto nos disparos de besta como no arremesso de pedras pelos peões. A meio, passava a Ribeiras das Águas Belas, servindo de obstáculo ao movimento dos castelhanos. D. Nuno Álvares Pereira mandou apeiar todos os cavaleiros, constituindo a vanguarda e a retaguarda e posicionando a maioria dos besteiros nas alas (Monteiro, 2011). Aproveitou ainda o declive do terreno para colocar besteiros (Barbosa, 2008). Teve também o cuidado de misturar alguns homens mais experientes, cavaleiros apeados, no meio da tropa apeada, com o intuito de aumentar o seu moral e impedir a fuga (Monteiro, 2011). Também o fronteiro apeou e dirigiu-se para a vanguarda onde esperou os castelhanos. Estes, ao se depararem com a diminuta força portuguesa, decidiram travar um combate montado (Barroca et al. 2003). O comandante da

³⁶ Ver Apêndice H, Figura 13.

hoste portuguesa esperava que os castelhanos tivessem mais de 1000 lanças³⁷, muitos ginetes³⁸, muita tropa apeeda e alguns besteiros (Monteiro, 2011).

Com o inimigo a cerca de 200 metros, os besteiros lançaram uma chuva de virotões e os peões lançaram pedras, o que causou a queda de muitos cavaleiros castelhanos. Quando se deu o choque das vanguardas, os cavaleiros castelhanos chegaram desorganizados e distantes uns dos outros, o que permitiu à tropa apeeda portuguesa ter sucesso com as suas lanças, apoiadas no solo e com as extremidades aguçadas apontadas aos peitos dos cavalos (Monteiro, 2011). Muitos cavaleiros eram atirados dos seus cavalos por estes se espantarem quando se feriam nas lanças (Crespo, 1941).

Instalou-se uma grande confusão na hoste castelhana, apesar das múltiplas tentativas de carga, que não surtiram qualquer sucesso. O dispositivo português utilizado nos Atoleiros surpreendeu os castelhanos, que não tiveram capacidade de reação, dando lugar ao pânico e à desorganização (Barroca et al. 2003). D. Nuno Álvares Pereira aplicou o modelo tático dos ingleses, do qual haviam tomado conhecimento em conversa com soldados britânicos que acompanhavam Edmundo de Cambridge na sua vinda a Portugal, em 1381. Por isso, apeou os seus homens e tirou partido do comprimento das lanças (Monteiro, 2000).

Representou assim, do ponto de vista tático, uma inovação, em Portugal, inspirada na forma de combater dos ingleses, aumentando também o moral e a confiança dos portugueses, que acreditavam na possibilidade de vencer os castelhanos (Barroca et al. 2003). Apesar de não ter uma importância militar assinalável, a Batalha dos Atoleiros constituiu “o prelúdio da Batalha de Aljubarrota” (Crespo, 1941, p. 84).

4.3.2. O Cerco de Lisboa

Após D. Leonor ter abdicado do trono, D. João I de Castela manda avançar sobre Lisboa, ocupando as aldeias junto ao Lumiar, a 8 de fevereiro de 1384, e iniciando os preparativos para o cerco à capital. A 26 de maio, chegaram a Lisboa 13 galés e 1 galeota e, três dias mais tarde, chegaram quatro dezenas de naus (Bossa, 1985). Com a chegada da frota, D. João I de Castela sai do Lumiar e estabelece o seu arraial em Santos. Começam,

³⁷ Lança é o termo que se utiliza para definir “a unidade tática mínima dos exércitos desta Baixa Idade Média. Era composta por um cavaleiro e pela sua companha, em número total que variava entre 3 e 6” (Barbosa, 2008, p. 20).

³⁸ Cavalaria ligeira.

assim, os primeiros confrontos, de onde os portugueses saem com vantagem, ainda animados com a vitória nos Atoleiros (1384) (Brandão, 1985).

Enquanto isso, na capital, o Mestre de Avis reforçava a defesa da cidade. A armada portuguesa tentou furar o bloqueio para fornecer homens e abastecimentos, não procurando um combate. No entanto, no dia 18 de julho, dá-se no Tejo um combate naval, o qual, apesar de Portugal perder três naus, se mostrou um sucesso tático que serviu para desmoralizar os castelhanos e furar o bloqueio (Barroca et al. 2003). O Mestre de Avis propôs ao monarca castelhano que este levantasse o cerco em troca da nomeação do Mestre como Regedor de Portugal até D. Beatriz ter um filho varão, mas D. João I de Castela exigiu a nomeação de um segundo regente castelhano, o que levou à discórdia. Quando a peste afetou não só o arraial como também a rainha D. Beatriz, o monarca castelhano mandou levantar o cerco, no dia 3 de setembro de 1384, 7 meses após o seu início (Bossa, 1985).

4.4. A Guerra em Portugal em 1385

Após a recuperação de algumas praças, o Mestre de Avis “avançou então para a batalha política” (Monteiro, 2003, p. 25), ou seja, avançou para as cortes de Coimbra. Aqui, perante a argumentação de João das Regras³⁹, o Mestre de Avis é eleito rei, em abril de 1385 (Ascensão, 1985). Também nestas cortes, Nuno Álvares Pereira foi nomeado Condestável do reino. Este parte com o recém aclamado rei, D. João I, para o Minho, com o intuito de tomar alguns castelos e praças, como Monção, Caminha, Guimarães e Braga (Monteiro, 2003). Estas duas figuras tinham muitas semelhanças, destacando-se aqui a que é mais relevante para o presente estudo: tanto o Condestável como o Rei português tinham conhecido alguns fidalgos ingleses que estiveram em Portugal ainda no reinado d’*O Formoso* e com eles tiveram conversas sobre táticas militares que os britânicos aplicaram na Guerra dos Cem Anos (Pinto, 1985).

Já no mês de maio do ano de 1385, dá-se a Batalha de Trancoso, como iremos desenvolver no capítulo seguinte. Após esta, o monarca castelhano parte para Cidade Rodrigo, de onde vai organizar uma nova invasão, que culmina na Batalha de Aljubarrota, a 14 de agosto de 1385 (Barroca et al. 2003).

³⁹ João das Regras estudou Leis e Direito em Bolonha e foi reitor da Universidade de Lisboa. Apoiou o Mestre de Avis na crise de 1383-1385 sendo crucial para a sua eleição como rei, nas Cortes de Coimbra de 1385 (Assembleia da República, s/d).

4.4.1. A Batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385)

Era objetivo do monarca castelhano entrar pela Beira, seguir em direção a Santarém, passando por Coimbra e depois rumar a Lisboa (Pinto, 1985). Planeada a invasão, os castelhanos entram pela Beira Alta, em Almeida, passam por Coimbra e interrompem a sua marcha em Soure, enquanto os portugueses se instalam em Abrantes. Sabendo que, utilizando a tática correta, poderia vencer os castelhanos, Nuno Álvares Pereira leva a sua hoste em direção a Tomar para fazer frente ao exército invasor (Monteiro, 2003). É aí que D. João I de Portugal se junta ao Condestável, no dia 10 de agosto, para barrar a sua passagem em direção a Lisboa (Pinto, 1985).

A hoste castelhana avançou na tentativa de procurar o inimigo e, no dia 12 de agosto, chegou à cidade de Leiria, denunciando assim a sua intenção de travar uma batalha antes de chegar a Lisboa. Apercebendo-se disso, o exército português, auxiliado por muitos ingleses e gascões, passou por Ourém e instalou-se em Porto de Mós. Para evitar a estrada que ligava Leiria e Santarém, passando por Porto de Mós, o exército castelhano seguiu em direção a Alcobaça (Barroca et al. 2003). É perante este cenário que o monarca português decide combater. No dia 13 de agosto, as duas hostes estiveram paradas e Nuno Álvares Pereira reconheceu o terreno para melhor avaliar as posições que iria tomar. Escolheu o planalto de S. Jorge, um planalto estreito, que só era acessível depois de superar um declive de quase 10% de inclinação e que estava ainda protegido nos seus flancos por linhas de água. O local foi só ocupado na manhã seguinte pelo exército português, depois de levantarem o arraial em Porto de Mós, e esperaram assim o inimigo (Monteiro, 2003).

A vanguarda dos castelhanos avista os portugueses e faz um movimento torneante. Perante isto, D. João I de Portugal marcha para sul, invertendo o dispositivo do seu exército, mas mantendo o formato, isto é, com uma vanguarda, duas alas e uma retaguarda. Entretanto, chegam mais 30 lanças e 100 homens apeados, vindos das Beiras e comandados por João Fernandes Pacheco, que já havia vencido os castelhanos em Trancoso (Pinto, 1985). Segundo Monteiro (2003), o exército português era constituído por 1700 lanças, 800 besteiros e 4000 peões, perfazendo um total de 6500 homens, ao passo que a hoste castelhana tinha 31000 homens, dividindo-se em 6000 lanças, 2000 ginetes, 8000 besteiros e 15000 peões. É clara a diferença no poderio dos dois exércitos⁴⁰.

⁴⁰ Ver Apêndice I, Quadro 7.

Nesta nova posição, na qual os portugueses se instalaram por volta das 15 horas do dia 14 de agosto, Nuno Álvares Pereira iria combater de frente para o sol e não estaria numa posição mais elevada. Não era, no entanto, uma posição que trouxesse desvantagem, bem pelo contrário. A posição agora ocupada pelos portugueses estava protegida não só por linhas de água nos flancos, assim como por várias depressões no terreno, e também por obstáculos colocados pelo exército português, como abatisses, fossas, covas-de-lobo e empilhamento de troncos. Esta posição obrigava os castelhanos a abordar os portugueses numa frente de 300 a 400 metros, criando uma espécie de corredor. Assim, a vanguarda, constituída essencialmente por cavalaria francesa, teria de combater sozinha, sem que as alas entrassem no combate. Este facto fazia com que a superioridade numérica dos castelhanos não se fizesse sentir de forma decisiva (Monteiro, 2003).

Por volta das 18 horas inicia-se o combate. A vanguarda inimiga dirige-se contra as linhas portuguesas e, antes do embate, sofre um grande desgaste pelos tiros dos besteiros e arqueiros que se encontravam nas alas⁴¹. Mesmo assim, os castelhanos continuam a sua ofensiva e chocam na formação portuguesa que não se desfaz (Pinto, 1985). Perante o insucesso da vanguarda, o monarca castelhano avança, indo também as alas, que, graças aos obstáculos, ficam retidas. Rapidamente se apercebem que têm de combater apeados, fruto do dispositivo defensivo português. Os castelhanos apeiam e, na sua progressão, são sujeitos aos arqueiros ingleses e portugueses, que se protegiam nas abatisses. Mesmo assim, o choque entre os dois exércitos acontece com vigor, levando o combate para o corpo a corpo. Libertos, os flancos avançam para completar a vanguarda portuguesa e para envolver o inimigo. Também a retaguarda avançou, a mando do monarca português, entalando a hoste castelhana (Monteiro, 2003). Os ginetes do exército castelhano tentaram atacar a carriagem portuguesa, embora não tivessem sucesso em tal missão. Estabeleceu-se, assim, um pânico na retaguarda castelhana, que não tinha ainda conseguido atacar, e por isso começaram a fugir, sendo perseguidos pelos portugueses⁴² (Monteiro, 2003).

Como vimos, também Aljubarrota evidenciou muitos dos aspetos inovadores oriundos da arte militar inglesa que temos vindo a abordar. A utilização de uma vanguarda apeada, com arqueiros e besteiros nos flancos, e a utilização de obstáculos para proteger os flancos, estão bem presentes em Aljubarrota. Veremos, então, no próximo capítulo, como se desenrolaram os acontecimentos em Trancoso.

⁴¹ Ver Apêndice I, Figura 14.

⁴² Ver Apêndice I, Figura 15.

CAPÍTULO 5 – A BATALHA DE TRANCOSO

5.1. Enquadramento

Como já vimos anteriormente, após as Cortes de Coimbra, D. João I e o Condestável Nuno Álvares Pereira partem em direção ao Minho, para tomar algumas praças. Havia uma profunda divisão em Portugal, onde algumas vilas e cidades tinham voz por Castela e outras tinham voz por D. João I, e este sentiu que era necessário estreitar o contacto com aqueles que tinham voz por ele. Desta forma, deu alguns poderes a fidalgos, fazendo-os procuradores, tendo como missão informá-lo do que se passava nas suas procuradorias. Para a Beira, o procurador nomeado foi Martim Vasques da Cunha, em Linhares (Correia, 1986).

Nessa região estavam os seguintes fidalgos: Gonçalo Vasques Coutinho, alcaide de Trancoso; Martim Vasques da Cunha e o seu irmão, Gil Vasques da Cunha; João Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira de Aves e guarda-mor de D. João I; e Egas Coelho, em Linhares. Há, porém, uma desavença de índole pessoal entre Gonçalo Vasques Coutinho, um homem interesseiro, e Martim Vasques da Cunha, a qual os castelhanos, ao ter conhecimento, aproveitam para invadir Portugal, entrando justamente pela Beira (Arnaut, 1947). Para além disso, o facto de o exército de D. João I estar empenhado no norte dava outras garantias à invasão. Assim, em meados de maio, entra pela fronteira de Almeida um pequeno exército castelhano, sob o comando de João Roiz de Castanheda, com o intuito de devastar o que conseguissem. Enquanto isto, os fidalgos, de costas voltadas, assistem sem oposição (Arnaut, 1986). Ao ter conhecimento desta situação, D. João I mostra-se surpreendido com a reação passiva dos fidalgos face à entrada do inimigo em Portugal. João Fernandes Pacheco, um dos fidalgos acima mencionados, é o intermediário do monarca português e, por isso tenta, levar os dois fidalgos a um consenso. João Fernandes Pacheco fala primeiro com Martim Vasques da Cunha, que aceita, e depois com Gonçalo Vasques Coutinho que, com a condição de ser ele o comandante da força em caso de batalha, também aceita (Correia, 1986). João Fernandes Pacheco, argumentando que o reino estaria acima de qualquer desavença pessoal, reúne os fidalgos da Beira para dar luta aos castelhanos invasores (Arnaut, 1947).

Os castelhanos que entraram em Almeida, que tinha voz por Castela, seguem o seu caminho contornando Pinhel e depois Trancoso e chegam até Viseu⁴³ (Oliveira, 1987). Ao longo deste percurso, foram passando por várias aldeias, onde roubavam e faziam prisioneiros, até chegar a Viseu, cujos habitantes se acolheram na Sé, por esta constituir uma fortaleza (Correia, 1986). Era objetivo desta força castelhana entrar rapidamente, roubar, devastar e aprisionar, sem se empenhar numa batalha com os portugueses. Por esse motivo, após saquearem Viseu, iniciam o regresso a Castela (Oliveira, 1987). No regresso de Viseu, Castanheda segue a mesma rota que traçou à entrada, e que foi, aliás, a mesma utilizada por Henrique II em 1372, aquando da tomada de Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico e Viseu. (Arnaut, 1947). Nessa campanha, também Castanheda participou, estando integrado no exército de Henrique II. Era, portanto, um caminho já conhecido, o que se refletiu em maio de 1385 (Arnaut, 1986). De forma a regressar a Castela, havia duas vias possíveis. Uma delas seria a continuação do caminho que ligava Viseu a Trancoso, uma via romana que ia em direção a Pinhel. A outra, que era mais longa, que saía de Viseu, passava por Aguiar da Beira e seguia por uma estrada secundária em direção a Freches (Barbosa & Gouveia, 2013).

Entretanto, decididos a dar combate aos invasores, os fidalgos beirões iniciam um recrutamento à pressa, não indo além de um recrutamento local, sob o comando de Gonçalo Vasques Coutinho, onde os camponeses eram incorporados para serem parte dos peões, mesmo sem experiência na prática das armas (Arnaut, 1947). Neste recrutamento “predominava o agricultor humilde e o servo da gleba” (Oliveira, 1987, p. 13).

Era então necessário saber onde estava o inimigo, para lhe poder fazer frente e, assim, enviaram um escudeiro chamado Afonso Roiz Batesela, para que este fosse ao encontro dos castelhanos e os avisasse de que os portugueses haviam de dar batalha (Correia, 1986). Desta forma, Gonçalo Vasques Coutinho obtém informações sobre os castelhanos, nomeadamente sobre a ordenança que trazem e o caminho que seguem. Era, portanto, necessário esperar o inimigo (Arnaut, 1947).

Os portugueses, que estavam concentrados no castelo de Trancoso, ou à volta dele, dirigiram-se para a Veiga de Trancoso⁴⁴, instalando-se sobre o itinerário que o inimigo levava (Oliveira, 1987). Aí, a cerca de dois quilómetros da vila, passaram a noite os portugueses. Também os castelhanos devem ter dormido ali perto (Arnaut, 1947).

⁴³ Ver Anexo C, Figura 27.

⁴⁴ Segundo Arnaut (1947), Veiga de Trancoso é um vale fértil, com campos regados, a oeste de Trancoso e que tem por eixo maior a Ribeira do Alcaide.

5.2. Os efetivos na Batalha de Trancoso

Em resultado do apressado recrutamento que se fez na região, os portugueses juntaram pouco mais de 300 lanças, das quais 120 de Gonçalo Vasques Coutinho; 150 de Martim Vasques da Cunha; 30 de João Fernandes Pacheco; e as restantes, aproximadamente 20, de Egas Coelho e Gil Vasques da Cunha. A somar a estes, pouco mais de mil peões, mal preparados e constituídos pela milícia local, e ainda um número reduzido de besteiros. Dos não combatentes, podemos incluir um número reduzido de pajens, enquanto a carriagem ficou em Trancoso.

Do lado dos castelhanos estavam 400 lanças, 200 ginetes e um número indeterminado de peões e besteiros. Traziam ainda uma extensa carriagem, que contava com muito gado e cerca de 700 mulas que carregavam armas, víveres e o resultado do saque⁴⁵ (Barbosa & Gouveia, 2013).

Ora, fruto deste recrutamento apressado, a coesão das tropas em questão era muito pouca, movendo-se sobretudo pela vontade de preservar a terra que estava a ser saqueada.

5.3. O desenrolar da Batalha de Trancoso

Entre os trancosenses perdeu-se a data exata da Batalha de Trancoso, celebrando-se, até há menos de 40 anos, no dia 25 de abril. Na verdade, a Batalha ocorreu no final do mês de maio, mais concretamente no dia 29, data que serve atualmente de feriado para o concelho de Trancoso (Arnaut, 1986).

A força portuguesa que se encontrava na veiga, local por onde os castelhanos pretendiam passar, foi avistada pelo exército castelhano⁴⁶. Com o objetivo de salvaguardar os saques recolhidos ao longo da incursão, aos quais se somariam prisioneiros portugueses, os castelhanos alteraram o seu percurso (Barbosa & Gouveia, 2013). Assim, os castelhanos avançaram para a sua direita, em direção à aldeia de Freches, para passar entre a posição dos portugueses e a parte mais escarpada do monte de São Marcos, onde se encontrava a ermida⁴⁷ de São Marcos, e, dessa forma, retomariam a mesma estrada mais à frente para chegar a Castela (Oliveira, 1987). Os peões castelhanos teriam, ao longo da estadia em Portugal, percorrido cerca de 150 quilómetros, encontrando-se, por isso, cansados. Esse era também

⁴⁵ Ver Apêndice J, Quadro 8.

⁴⁶ Ver Apêndice J, Figura 16.

⁴⁷ O mesmo que capela.

um dos motivos pelos quais os castelhanos recusaram o combate nesta primeira fase. Apercebendo-se do movimento castelhano, os portugueses alteraram a sua posição, passando para uma posição secundária a sul da primeira⁴⁸. A vanguarda dos portugueses colocou-se junto à capela, com esta à sua esquerda, barrando o caminho aos castelhanos, e atrás a retaguarda, a 50 metros, que teria a missão de auxiliar a vanguarda no caso de esta quebrar (Barbosa & Gouveia, 2013). Na vanguarda fizeram-se duas fileiras e constituíram-se duas alas, descaídas para a retaguarda. (Oliveira, 1987). Esta segunda posição, possivelmente, terá sido resultado de um reconhecimento do terreno nos dias anteriores e de um estudo do comportamento do inimigo no caso de o caminho inicialmente escolhido estar barrado. Desta forma, poderão ainda ter existido abatisses na frente da vanguarda portuguesa, não sendo tal facto encontrado em algum retrato (Barbosa & Gouveia, 2013).

Os castelhanos negociaram a sua livre passagem em direção a Castela pela libertação do saque e pela libertação dos prisioneiros, que foi, no entanto, rejeitada pelos portugueses. Sem fuga aparentemente possível, o conselho castelhano reuniu-se e não existia um consenso no seio da hoste invasora. Uns defendiam que deveriam seguir o seu caminho, deixando os portugueses atacar, se assim entendessem. Contudo, neste caso, com os quantitativos dos exércitos em equilíbrio, a vantagem está do lado de quem defende (Barbosa & Gouveia, 2013). Atualmente, para quem defende, o rácio entre as nossas forças e o inimigo é de 1:3, quando a defensiva é preparada (EME, 2007), e o mesmo acontecia para a época (Barbosa & Gouveia, 2013). Assim, os portugueses nunca iriam atacar, sobretudo com o conhecimento do terreno e estando próximos de Trancoso, uma base de apoio. Havia, no entanto, entre os castelhanos, quem defendesse a ofensiva, apelando à sua superioridade numérica (embora reduzida) e ao nível do armamento, e tais argumentos convenceram o exército castelhano ali presente a atacar (Barbosa & Gouveia, 2013).

Também do lado português os homens se encontravam apeados numa posição defensiva, aguardando o ataque castelhano. O comandante do exército invasor havia já combatido na Batalha dos Atoleiros (1384) e vira os estragos causados pelos homens apeados portugueses, equipados com as suas lanças. Recordando a batalha que opôs os dois reinos no ano anterior, Castanheda mandou os seus homens apear, mantendo só os ginetes montados, dos quais era comandante Pedro Soares Quinhones (Barbosa & Gouveia, 2013).

No que concerne à tática, como já referimos, os dispositivos das duas continham uma vanguarda, duas alas e uma retaguarda. Gonçalo Vasques Coutinho procurou ainda obter

⁴⁸ Ver Apêndice J, Figura 17.

vantagem através do uso do terreno e, assim, aproveitou-o de forma a proteger os flancos, encostando-os a ribeiros, encostas, bosques ou florestas. Desta forma, o inimigo dificilmente conseguia envolver. A proteção do flanco direito era garantida pelo arvoredo e arbustos mais densos, beneficiando ainda com a inclinação na parte final deste flanco. Por sua vez, à esquerda encontrava-se a capela de São Marcos, que dificultava o ataque ao flanco, e a sul desta o declive aumentava, tornando o terreno ainda mais difícil para o atacante. A frente deste exército de nobres beirões, constituída sobretudo pelas lanças portuguesas, tinha cerca de 100 metros e, dado o número de homens que a constituía, podemos afirmar que existia alguma profundidade. A vanguarda estava colocada de forma a que os castelhanos tivessem de superar uma inclinação de 20%, com uma acentuação nos últimos 30 metros. Para além disso, em algumas partes da vanguarda portuguesa estavam uns barrocos que iriam diminuir o ímpeto do ataque castelhano. Ou seja, a vanguarda portuguesa estava colocada de forma a só ser acedida por uma faixa do terreno (Barbosa & Gouveia, 2013). Assim, os portugueses canalizavam o ataque dos castelhanos, obrigando-os a entrar num “corredor”, enquanto os esperavam nas suas posições defensivas.

Ainda antes do encontro se dar, alguns peões portugueses, aterrorizados pela ideia de combater, tentam fugir, sendo perseguidos pelos ginetes castelhanos. Os sobreviventes decidem voltar para o dispositivo português, onde melhor se poderiam defender (Oliveira, 1987). Esta situação levou a um aumento do ânimo por parte dos castelhanos. A maioria dos peões estava colocada nas alas, não tendo sido utilizada a técnica, utilizada por Nuno Álvares Pereira nos Atoleiros (1384), de misturar a peonagem com homens de armas de forma a evitar a fuga dos primeiros (Arnaut, 1947).

O combate iniciou-se ainda antes da hora de almoço com disparos dos besteiros castelhanos, colocados nas alas com o intuito de desgastar a frente portuguesa. A isto seguiu-se o ataque apeado dos castelhanos ao som das trombetas e dos gritos de guerra. Os obstáculos anteriormente referidos protegiam os besteiros portugueses, também eles possivelmente colocados nas alas, para que assim conseguissem disparar sobre o inimigo com mais liberdade e não se envolvessem no corpo a corpo (Barbosa & Gouveia, 2013).

Não conseguindo quebrar a frente portuguesa, os castelhanos voltaram para as posições que ocupavam inicialmente. Seguiram-se múltiplos ataques, sempre antecidos por disparos dos besteiros castelhanos. Mas em vão. Entretanto, os prisioneiros portugueses conseguiram libertar-se e, movidos de um sentimento de vingança pela forma como haviam sido tratados, participaram de forma importante na batalha (Barbosa & Gouveia, 2013). Isto porque os homens que se encontravam na carriagem, como os pajens e criados, procuraram

fugir para se salvarem, deixando os prisioneiros entregues a si próprios e abandonando os seus companheiros (Oliveira, 1987). No final do dia, a hoste castelhana estava desorganizada e entrava em debandada. Da parte castelhana morreram todos os homens, à exceção de Pedro Soares Quinhones, que comandava os ginetes, e Garcia Goterres, cuja vida foi poupada por Gil Vasques da Cunha para que pudesse contar o que aconteceu em Trancoso. Apesar de não haver referência a mortes portuguesas, houve-as certamente, motivadas pelo combate corpo a corpo ou pelos disparos dos besteiros castelhanos (Barbosa & Gouveia, 2013).

A batalha que aqui retratamos teve, de facto, uma importância em diversos sentidos. Um foi de âmbito psicológico, elevando o moral português. Confirmou-se o sucesso atingido nos Atoleiros (1384), reforçando nos portugueses a ideia de que a independência nacional seria possível (Oliveira, 1987). Por outro lado, a derrota em Trancoso fez o monarca de Castela abandonar o plano de marchar sobre Lisboa, o que deu mais tempo ao rei português e ao Condestável para se prepararem para a batalha real, em Aljubarrota (Arnaut, 1986). Além disso, a morte dos capitães castelhanos em Trancoso desfalcou o Exército Castelhana em termos de comandantes. D. João I, ao saber da agradável notícia, disse: “Bem sabia eu que faria isso o bom do João Fernandes (Pacheco)” (Vasconcellos, 1967).

5.4. O balanço da tática utilizada em Trancoso

Depois de analisarmos as Batalhas dos Atoleiros (1384), de Trancoso (1385) e de Aljubarrota (1385) podemos encontrar algumas semelhanças nas táticas portuguesas presentes em cada uma delas.

Em primeira análise, em todas estas batalhas os portugueses adotaram uma postura defensiva em relação ao adversário, esperando-o em posições preparadas. Nos Atoleiros e em Aljubarrota, Nuno Álvares Pereira mandou desmontar os seus homens e combateu com estes apeados. Sob o comando de Gonçalo Vasques Coutinho, em Trancoso, os portugueses combateram apeados, sendo muitos dos peões eram aldeões que cultivavam a terra na região.

O terreno, fator de grande relevo nos Atoleiros e mais tarde em Aljubarrota, foi também alvo de estudo em Trancoso, procurando-se escolher o local que mais vantagens possibilitasse. Gonçalo Vasques Coutinho aproveitou “o terreno para encostar os seus flancos a ribeiros, encostas, florestas ou outros acidentes” (Barbosa & Gouveia, 2013, p. 46), dificultando ao inimigo uma tentativa de envolvimento e ataque ao flanco. Desta forma, como já referimos, o inimigo era canalizado por uma espécie de corredor, deixando-lhe

somente a “possibilidade de um ataque à vanguarda portuguesa, a realizar numa faixa de terreno relativamente estreita” (Barbosa & Gouveia, 2013, p. 41).

A disposição das forças é outra das características que temos abordado ao longo deste trabalho e em Trancoso o dispositivo foi o mesmo que o Condestável utilizou em Atoleiros um ano antes e que viria a utilizar em Aljubarrota, em agosto de 1385. Este consistia numa vanguarda, uma retaguarda e duas alas, onde se encontrariam os atiradores. Em Trancoso, estes atiradores eram besteiros, como nos Atoleiros. Somente em Aljubarrota houve presença de arqueiros ingleses, para além de besteiros.

Como mencionámos anteriormente, a vanguarda portuguesa ocupava uma frente de 100 metros, onde combatiam pelo menos 1400 homens (Barbosa & Gouveia, 2013). Desta forma, podemos crer que existia profundidade no dispositivo utilizado em Trancoso, assemelhando-se também nesse aspeto à Batalha dos Atoleiros e de Aljubarrota.

CAPÍTULO 6 – UMA VISÃO ATUAL SOBRE O CAMPO MILITAR DE TRANCOSO

Um assunto como o que aqui está a ser tratado é compreendido de uma forma mais fácil se complementarmos a leitura dos factos com uma visita ao local onde se tudo passou, para nos deixarmos levar numa viagem de regresso à época medieval e assim imaginar como os factos que aqui retratamos se enquadram no cenário.

Para tal, fomos visitar o Campo Militar de São Marcos com o objetivo de, militarmente, compreender como decorreu a batalha no dia 29 de maio de 1385.

Para analisarmos o terreno em questão, uma vez que pretendemos perceber como decorreu a Batalha de Trancoso de um ponto de vista tático, utilizaremos os aspetos militares do terreno. A análise destes aspetos tem como objetivo determinar os efeitos nas operações militares (EME, 2010), ou seja, neste caso, podemos analisar os efeitos que o terreno teve no decorrer da batalha.

Os aspetos que constam na Publicação Doutrinária do Exército [PDE] 2-09-00 (2010) são os seguintes: Observação e Campos de Tiro, Coberto e Abrigos, Obstáculos, Pontos Importantes e Eixos de Aproximação.

A Observação é “a capacidade que o terreno garante para ver a ameaça, através da observação visual ou outros meios de deteção” (EME, 2010, p. 2 - 13) e os Campos de Tiro são áreas que podem ser batidas eficazmente pelo fogo por uma ou mais armas desde a sua posição (EME, 2010). O fogo, neste contexto, é entendido como o disparo de armas de projecção neurobalísticas⁴⁹, como é o caso do arco longo e da besta.

Segundo a doutrina, o terreno que favorece a defesa normalmente confere uma boa observação e bons campos de tiro (EME, 2010).

Os cobertos e abrigos fazem referência a proteção da força ou unidade, sendo os primeiros a proteção contra a observação do inimigo, como é o caso de bosques, florestas e arbustos, e os segundos a proteção dos disparos inimigos, diretos ou indiretos, que pode ser conferida por valas, aterros, dobras do terreno (EME, 2010).

⁴⁹ Armas de projecção neurobalísticas são aquelas que utilizam a elasticidade de certos corpos, como fibras e hastes vegetais (Santos, 2010).

Os Obstáculos são acidentes do terreno, que podem ter origem natural ou podem ser resultado da ação humana. Estes acidentes do terreno detêm, retardam ou canalizam os movimentos de forças militares, e são exemplo disso rios, encostas íngremes e florestas (EME, 2010).

Um Ponto Importante é definido como sendo “uma zona do terreno ou área, cuja conquista, posse ou controlo representa uma nítida vantagem para qualquer das forças contendoras” (EME, 2010, p. 2 - 20).

O último aspeto militar do terreno são os Eixos de Aproximação, que são faixas do terreno que permitem a uma unidade movimentarem-se por um itinerário adequado e relativamente fácil de forma a atingirem um objetivo ou um Ponto Importante (EME, 2010).

Fernão Lopes, o cronista de D. João I, refere-se ao terreno e aos castelhanos da seguinte forma:

“(...) fastavaõ se da veigua, a maõ direita contra ha Ribeira de Frechas, por se virem pela ladeira do vale por amtre os portugueses e afragua do monte. Hos portugueses, quando esto viraõ, moveraõ loguo por diamte e cheguaõ se mais a eles de rosto, homde estava hua irmida que chamaõ Saõ Marquos”.⁵⁰

A crónica não foge ao que vimos anteriormente relativamente à movimentação, mas não nos dá indicações de onde terá sido o local exato da batalha.

Comecemos o estudo pelos Eixos de Aproximação. Com o objetivo de entender melhor o local da batalha, foi elaborado um levantamento topográfico iniciado em 2004 com base na análise da fotografia aérea, da prospeção geofísica, do levantamento fotográfico e de escavações arqueológicas (Amaral, 2016). Deste estudo, resultou a identificação de 4 eixos viários considerados antigos. O primeiro eixo, com direção Nordeste-Sudoeste, coincide com a atual estrada que liga Trancoso a Fiães. O segundo, também com direção geral Noroeste-Sudeste, que liga Trancoso a Celorico da Beira, passando por Courelas, Frechão e Freches. O terceiro, com direção Este-Oeste, que liga a via entre Trancoso e Courelas à Estrada de Fiães. E por último, também com direção Este-Oeste, liga Frechão à estrada de Fiães⁵¹ (Amaral, 2016).

Como vimos anteriormente, o caminho utilizado pelo Exército Castelhana terá sido o mesmo aquando da entrada em direção a Viseu. A hoste invasora seguiu a via antiga⁵² para regressar a Castela, passando pela veiga de Trancoso, Póvoa del Rei, Valbom, Pinhel, Pereiro,

⁵⁰ Lopes, Fernão - Crónica de D. João I. vol. I, Cap. XX, pp. 46-47. Edição da Livraria Civilização

⁵¹ Ver Apêndice L, Figura 18.

⁵² Ver Apêndice L, Figura 18.

Valverde e Almeida (Athaíde, Morgado, Moura, & Rocha, 2006), tentando porém evitar Trancoso e Pinhel. Desta forma, ao chegarem perto de Trancoso pela via que tinham definido, quando atingem o cruzamento com a estrada que liga Trancoso a Fiães, região atualmente com a toponímia de Quinta das Corgas⁵³, avistam os portugueses (Athaíde et al. 2006). Por sua vez, estes, sob o comando de Gonçalo Vasques Coutinho situavam-se na veiga de Trancoso, entre a capela de São Marcos e a aldeia das Courelas, bloqueando a via que seguia até à região do Chafariz do Vento. Perante o desvio dos castelhanos, que saem da via e atravessam alguns campos de cultivo na tentativa de passar entre a posição portuguesa e a Capela de São Marcos⁵⁴, os portugueses deslocam-se para uma nova posição, junto à capela, e fazem frente ao contingente castelhano.

A partir desta posição a observação das forças inimigas vindas de noroeste é facilitada uma vez que os portugueses se encontravam numa posição mais elevada (850 metros) face aos castelhanos (840 metros), o que também permitia, quando os dois exércitos se encontrassem relativamente próximos, digamos uns 150 metros, face ao alcance da besta, bons campos de tiro para os besteiros portugueses. Esta posição confirma uma vantagem defensiva como nos mostra a atual doutrina anteriormente exposta.

Apesar do pequeno pinhal que hoje encontramos na zona, na data da batalha ele não existiria (Barbosa & Gouveia, 2013), portanto, não são de considerar quaisquer cobertos no terreno. São de considerar alguns abrigos, nomeadamente as abatisses para os besteiros se protegerem e terem mais liberdade. Como já referimos no capítulo anterior, para atingir a frente portuguesa, os castelhanos teriam de vencer uma inclinação e ultrapassar algumas pedras de grande dimensão que funcionavam como obstáculo ao ataque castelhano, quebrando o seu ímpeto.

Como Pontos Importantes do Campo Militar de São Marcos podemos considerar a colina onde se encontra a capela⁵⁵, uma vez que nesta época a entidade divina era de facto muito importante para o moral dos exércitos. Para além disso, a posição portuguesa, que conferia uma vantagem defensiva e que foi dessa forma aproveitada pelos portugueses, de onde esperavam o ataque castelhano.

O local exato de onde foi travada a Batalha de Trancoso é ainda uma incerteza e por isso a área onde pode ter ocorrido é extensa. O Campo Militar de Trancoso foi classificado como monumento nacional e nos termos da alínea *b*) do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º

⁵³ Ver Anexo D, Figura 28.

⁵⁴ Ver Apêndice M, Figura 19

⁵⁵ Ver Apêndice M, Figura 20

309/2009, de 23 de outubro, a área classificada⁵⁶ é considerada *non aedificandi*⁵⁷ (Presidência do Conselho de Ministros [PCM], 2012).

Mesmo assim, os Trancosenses, consideram a Batalha de Trancoso um motivo de orgulho, à qual fazem referência em monumentos⁵⁸, cuja data é ainda feriado municipal e que nas suas comemorações reúne os habitantes das diversas freguesias do concelho.

⁵⁶ Ver Anexo D, Figura 29.

⁵⁷ Não é permitida qualquer tipo de construção.

⁵⁸ Ver Apêndice M, Figura 21

CONCLUSÕES

Aqui redigiremos as principais Conclusões do presente trabalho, fazendo reflexões aos resultados por intermédio das questões levantadas e realçando as dificuldades sentidas ao longo da realização do trabalho.

Ao longo do trabalho abordámos as batalhas anglo-escocesas (1296-1328), a Guerra do Cem Anos (1337-1453) e a Guerra Civil de Castela (1366-1369) para perceber em que contexto surgiram as inovações. Depois, abordámos o reinado de D. Fernando, no qual surgem as ligações entre Portugal e Inglaterra, que teriam um papel fundamental na vitória nos Atoleiros e Aljubarrota. Por fim, a Batalha de Trancoso, com o intuito de perceber qual o enquadramento, como se desenrolou a batalha e quais as inovações presentes.

Assim, e em resposta à Questão Derivada 1: “Quais as principais inovadoras militares verificadas no século XIV?”, vimos que a arte militar inglesa do século XIV define-se sobretudo pelo combate apeado, tanto os nobres como os elementos do povo, num terreno preparado e estudado de forma a possibilitar uma defensiva vantajosa com um dispositivo caracterizado por ter um vanguarda, com profundidade, duas alas, onde se encontravam os arqueiros, e uma retaguarda. Era este o sistema usado pelos ingleses no século XIV.

Face ao contacto com Inglaterra, no reinado de D. Fernando, através dos militares que foram enviado para Portugal, há nas Batalhas dos Atoleiros e de Aljubarrota indícios da influência inglesa. Esta teve expressão graças a Nuno Álvares Pereira, que aplicou a arte militar inglesa nas duas batalhas supramencionadas. No Capítulo 4 damos resposta à Questão Derivada 2: “De que forma se observam nas batalhas portuguesas inovações militares relevantes?”, onde demonstramos a presença da influência militar inglesa nas referidas batalhas e como é que ela chega até Portugal. Sob o comando de Nuno Álvares Pereira, o Exército Português combate apeado, num sistema defensivo e com um dispositivo semelhante ao do modelo inglês. O terreno é escolhido por ele e posteriormente preparado. Em Aljubarrota contamos ainda com a presença de arqueiros ingleses, apesar de nos Atoleiros a força portuguesa contar apenas com besteiros.

E em Trancoso? Para perceber como ocorreu a Batalha de Trancoso levantámos a Questão Derivada 3: “Como ocorreu a Batalha de Trancoso no final de maio de 1385?”.

Vimos que uma pequena força organizada por cinco fidalgos da Beira se opôs aos castelhanos, barrando-lhe a passagem quando estes pretendiam regressar a Castela. Em Trancoso adotou-se um dispositivo muito semelhante ao utilizado no Atoleiros, e os portugueses sob o comando de Gonçalo Vasques Coutinho esperaram apeados pelo inimigo, defendendo-se num terreno estudado, junto à Capela de São Marcos.

Em Trancoso estão presentes alguns dos fatores que definem o sistema militar inovador inglês, tais como a escolha de uma defensiva, esperando o inimigo. Para além disso, e apesar do escasso tempo disponível para recrutar homens com o intuito fazer frente aos castelhanos, os portugueses estudaram não só o terreno, de maneira a que este lhes garantisse uma vantagem aquando da chegada dos castelhanos, como também tiveram em conta as possíveis movimentações do exército castelhano, e prepararam-no para garantir uma maior proteção dos atiradores.

Como já dissemos anteriormente, o dispositivo utilizado era também semelhante ao utilizado pelos ingleses: um dispositivo apeado, tanto os fidalgos como os camponeses, com uma vanguarda, duas alas, onde se situavam os atiradores e uma retaguarda, a cerca de 50 metros da vanguarda. Tendo em conta o comprimento da frente e o número de combatentes, podemos afirmar que existia profundidade no dispositivo utilizado na Batalha de Trancoso. Os atiradores que referimos aqui, ao contrário do que era comum nos exércitos ingleses, são besteiros, não estando presentes os arqueiros ingleses.

Afinal, como pode ser entendido o caso da Batalha de Trancoso (29 de maio de 1385) tendo em conta a atividade militar desenvolvida em Portugal durante a crise de 1383-85? Apesar de muitos dos combatentes serem camponeses, o comando português foi influenciado pelas técnicas ingleses que era utilizadas na época e das quais já teriam ouvido falar. Não há no entanto registo da presença de arqueiros na Batalha de Trancoso, o que pode ter resultado da necessidade de um rápido recrutamento, contando o contingente português apenas com alguns besteiros, que estariam colocados nas alas, como os ingleses colocavam os seus atiradores. Somando todos os fatores relevantes, podemos afirmar que há indícios da presença dos princípios básicos da arte militar inglesa do século XIV, mesmo que não esteja presente uma peça fundamental como o arco longo inglês, pois encontra-se presente o ideal de que os besteiros deveriam ser colocados nas alas, com uma proteção própria de forma a que tivessem uma maior liberdade de ação para atingirem o inimigo numa primeira instância e não se envolvessem no combate corpo a corpo no qual se desenrolaria o combate numa fase posterior.

As dificuldades sentidas na realização do presente trabalho prendem-se acima de tudo com as limitadas obras sobre a temática da Batalha de Trancoso, bem como a dificuldade em encontrar fontes primárias capazes de sustentar o trabalho. A contradição entre alguns autores relativamente aos efetivos em diversas batalhas contribuíram também como uma limitação sentida ao longo da realização do trabalho.

Como trabalhos futuros propomos um estudo, com uma abordagem semelhante a esta, à Batalha de Valverde, em outubro de 1385. Esta batalha insere-se também nas batalhas da Crise de 1383-1385, mas seria, no entanto, interessante perceber se se encontra presente nesta batalha a influência inglesa uma vez que esta ocorreu já num momento pós-Aljubarrota e desta vez, em território castelhano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, F. (1922). *História de Portugal vol I*. (F. Almeida, Ed.). Coimbra.
- Amaral, M. A. de C. A. (2016). A Capela de S. Marcos como Memorial da Batalha de Trancoso. *Beira Alta, LXXV*(1º Semestre), 123–161.
- Armstrong, P. (2002). *Bannockburn 1314 Robert Bruce's great victory*. Osprey Publications, Ltd.
- Armstrong, P. (2003). *Stirling Bridge & Falkirk 1297– 98 William Wallace's rebellion*. Osprey Publications, Ltd.
- Arnaut, S. D. (1947). *A Batalha de Trancoso*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Arnaut, S. D. (1986). *Acerca da Batalha de Trancoso*. (C. M. de Trancoso, Ed.). Câmara Municipal de Trancoso.
- Ascensão, A. V. (1985). As Cortes de 1385. A Aclamação de D. João I. In *Aljubarrota 600 Anos* (pp. 161–176). Conferência na Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Athaíde, M. A., Morgado, P., Moura, R., & Rocha, A. C. (2006). Vestígios materiais da guerra - A destruição Capela de S. Marcos em Trancoso, no ano de 1385. In *Da idade média à contemporaneidade ambientes e musealização. III Congresso de Arqueologia* (pp. 75–85). Figueira de Castelo Rodrigo.
- Barbosa, P. (2008). *A Batalha de Trancoso*. Calvaria de Cima: Fundação de Aljubarrota.
- Barbosa, P., & Gouveia, A. P. (2013). *A Batalha de Trancoso: A vitória dos nobres da Beira*. Lisboa: Arcádia: Fundação Batalha de Aljubarrota.
- Barroca, M., Duarte, L., & Monteiro, J. (2003). *Nova História Militar de Portugal* (Vol. I). Círculo de Leitores.
- Bartlett, C., & Embleton, G. (1995). *English longbowman 1330-1515*. Osprey Publishing Ltd.
- Bonsieupe, G., Kellner, P., & Poessnecker, H. (1984). *Metodologia Experimental: Desenho Industrial*. Florianópolis: LDP/DI.
- Bossa, E. (1985). A Sucessão do Rei D. Fernando. In *Aljubarrota 600 Anos* (pp. 25–70). Conferência na Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

- Brandão, A. A. (1985). O Cerco de Lisboa. In *Aljubarrota 600 Anos* (pp. 143–160). Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Colliers, D. (1993). The Comparative Method. In A. W. Finifter, *Political Science: The State of the Discipline II* (pp. 105–119). Washington, D. C.: American Political Science Association.
- Correia, L. (1986). *Notícias de Trancoso*. Câmara Municipal de Trancoso.
- Crespo, M. (1941). *O Alentejo na fundação e restauração*. Estremoz: Brados do Alentejo.
- Curry, A. (2002). *The Hundred Years' War*. Osprey Publishing Ltd.
- Exército, E. M. do. (2007). *PDE 5-00 Planeamento Tático e Tomada de Decisão*.
- Exército, E. M. do. (2010). *PDE 2-09-00 IPB*.
- Exército, E. M. do. (2012). *PDE 3-00 OPERAÇÕES*. Lisboa: EME.
- Faria, T. V., & Miranda, F. (2010). «Pur Bone Alliance Et Amiste Faire». *Revista Do CITCEM*, 109–127.
- Faust, E., Prueitt, A., Salimi, P., & Vargas, L. (2014). *HISTORICAL EVOLUTION OF THE BOW: LONGBOW VS. CROSSBOW*.
- Fernandes, F. R. (2004). As elites políticas e o conceito de fronteira na Península Ibérica medieval. *Estudos Ibero-Americanos*, XXX, nº 1, 7–32.
- Fernandes, F. R. (2005). Nobility, King, and Frontier on the Medieval Peninsula. *En La España Medieval*, 28, 155–176.
- Green, D. (2008). *The Battle of Poitiers 1356*. The History Press.
- Jones, R. (2011). *Knight The Warrior and World of Chivalry*. Osprey Publications, Ltd.
- Loades, M. (2013). *The Longbow*. Osprey Publishing Ltd.
- Lopes, F. (n.d.). *Crónica de D. João I vol. II* (Livraria C).
- Loyn, H. R. (1989). *The Middle Ages - A Concise Encyclopaedia*. Thames & Hudson Ltd.
<http://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Martins, J. P. O. (1901). *História de Portugal*.
- McNamee, C. (2006). *Robert Bruce, Our Most Valiant Prince, King and Lord*. Edinburgh: Birlinn Limited.
- Ministros, P. do C. de. (2012). Decreto nº 31-E/2012 de 31 de dezembro. In *Diário da República, 1ª Série, nº 252*, (p. 7424–(249)–7424–(250)).
- Monteiro, J. G. (2000). A aventura da guerra no Portugal medieval. *Máthesis*, nº 9, 221–231.
- Monteiro, J. G. (2003). *Aljubarrota, 1385. A batalha real*. (Tribuna da História, Ed.) *Batalhas de Portugal*. Lisboa.

- Monteiro, J. G. (2011). A Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): Ensaio Geral para Aljubarrota ? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 321–335.
- Mortimer, J. J. (2013). *Tactics, Strategy, and Battlefield formations during the Hundred Years War: The Role of the Longbow in the “Infantry Revolution.”*
- Nahr, C. (2009). *The Battles of Crécy and Poitiers*. Retrieved from <http://www.kynosarges.org/project/CreCyGuide.pdf>
- Nicolle, D. (2000). *Crécy 1346 Triumph of the Longbow*. (Ma. Cowper, Ed.). Osprey Publishing Ltd.
- Nicolle, D. (2004). *Poitiers 1356 The capture of a King*. Osprey Publishing Ltd.
- Nicolle, D. (2012a). *European Medieval Tactics (2) The Revival of Infantry 1260–1500*. Osprey Publications, Ltd.
- Nicolle, D. (2012b). *The Portuguese in the Age of Discovery c. 1340-1665*. Osprey Publishing Ltd.
- Nogueira, A. F. (1985). A Aliança com a Inglaterra: O Tratado de Windsor. In *Aljubarrota 600 Anos* (pp. 261–281). Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Oliveira, F. A. de. (1987). A Batalha de Trancoso. In *Aljubarrota 600 Anos* (pp. 211–228). Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Pinto, R. M. (1985). A Batalha de Aljubarrota. In *Aljubarrota 600 Anos* (pp. 229–242). Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- República, A. da. (n.d.). João das Regras (1340-1345). Retrieved March 16, 2017, from <https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogJoaodasRegras.aspx>
- Rogers, C. (1998). The Efficacy of the English Longbow: A Reply to Kelly DeVries. *War in History*, 5(2), 233–242. <http://doi.org/10.1177/096834459800500205>
- Sacomori, G. F. (2011). *Arqueiros na Guerra dos Cem Anos: A transição militar da Baixa Idade Média*. Universidade Federal do Paraná.
- Santos, R. (2010). *Manual do Aluno - M211 Elementos de Armamento*. Academia Militar: Lisboa.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Stringer, K. (2005). The Emergence of a Nation-State, 1100-1300. In J. Wormald (Ed.), *Scotland A History* (p. 310). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Sumption, J. (1990). *The Hundred Years War, Vol. 1 Trial by Battle*. Londres: Faber and Faber.

- Vasconcellos, A. O. de. (1967). *Batalhas dos Portuguezes*. Lisboa: C.A. AFRA & COMP.^a.
- Veiga, A. B. da C. (1931). De Extremoz a Aljubarrota - Quinze dias de operações de Nun'Álvares (31 de Julho a 14 de Agosto de 1385). *O Instituto*, pp. 381–396. Coimbra.
- Villalon, L. J. A. (2005). Spanish Involvement in the Hundred Years War and the Battle of Nájera. In L. J. A. VILLALON & D. J. KAGAY (Eds.), *Hundred Years War, A Wider Focus*. Boston: Brill Academic.
- Yeates, B. (2015). By Sword and Schiltron: An Analysis of the Battle of Bannockburn. *Tau Sigma Journal of Historical Studies*, XXIII, 45–58.

APÊNDICES

Apêndice A – A Batalha de Stirling Bridge (1297)

Quadro 1 – Efetivos da Batalha de Stirling Bridge (1297)

Data	11 de setembro de 1297	
Local	Stirling, Escócia	
Exércitos	Inglaterra	Escócia
Cavalaria	350	180
Arqueiros	800	400
Besteiros	50	-
Piqueiros	5500	6000

Fonte: Elaboração própria com base em Armstrong (2003).



Figura 1 – Esquema da Batalha de Stirling Bridge (O ataque inglês).

Fonte: Elaboração própria com base em Armstrong (2003).

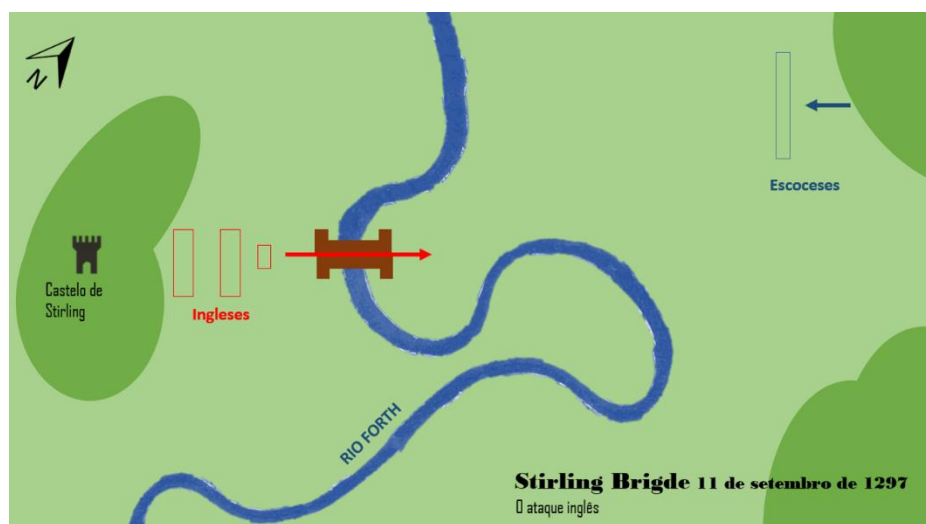


Figura 2 – Esquema da Batalha de Stirling Bridge (O contra-ataque escocês).

Fonte: Elaboração própria com base em Armstrong (2003).

Apêndice B – A Batalha de Falkirk (1298)

Quadro 2 – Efetivos da Batalha de Falkirk (1298)

Data	22 de julho de 1298	
Local	Falkirk, Escócia	
Exércitos	Inglaterra	Escócia
Cavalaria	2250	500
Arqueiros	5500	1500
Piqueiros	7000	8000
Besteiros	4000	-

Fonte: Elaboração própria com base em Armstrong (2003).

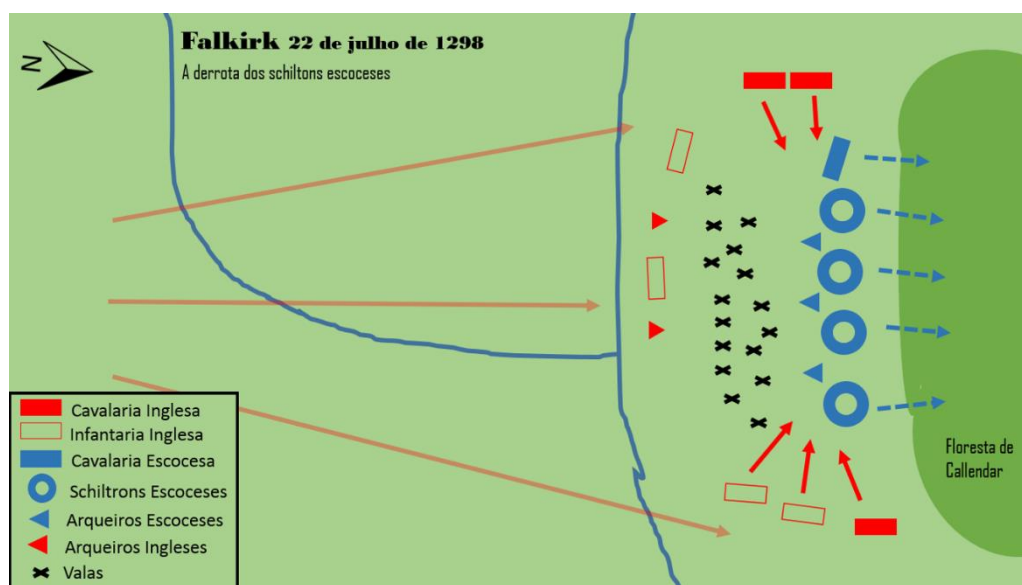


Figura 3 – Esquema da Batalha de Falkirk (1298)

Fonte: Elaboração própria com base em Armstrong (2003).

Apêndice C – A Batalha de Bannockburn (1314)

Quadro 3 – Efetivos da Batalha de Bannockburn (1314)

Data	23/24 de junho de 1314	
Local	Bannockburn, a sul de Stirling, Escócia	
Exércitos	Inglaterra	Escócia
Cavalaria	2250	350
Arqueiros	5500	1500
Piqueiros	5500	6000
Besteiros	450	-

Fonte: Elaboração própria com base em Armstrong (2002).

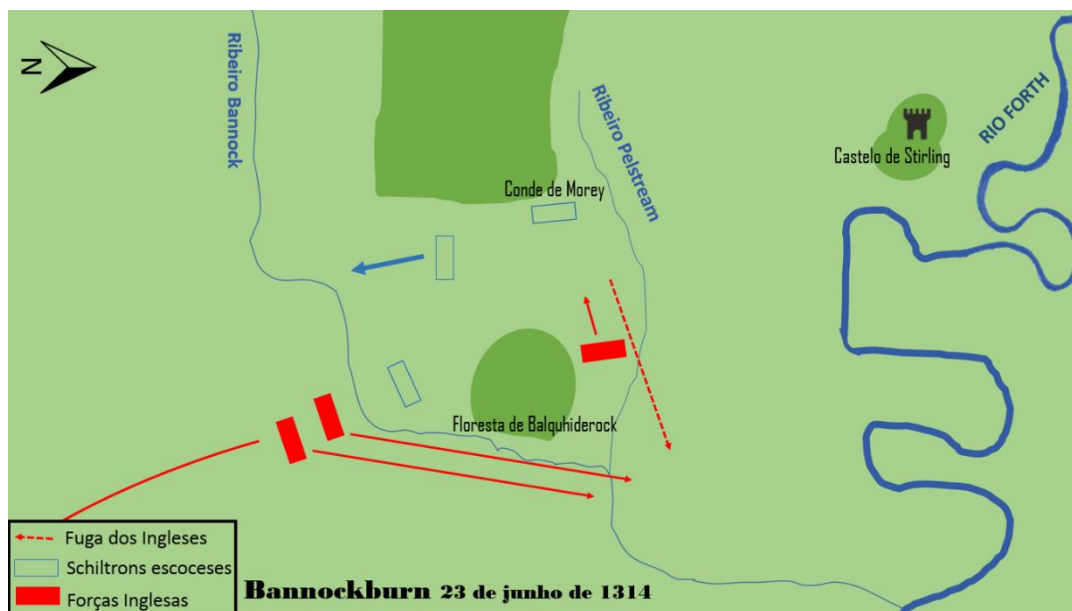


Figura 4 – Esquema da Batalha de Bannockburn (1314) (Antecedentes da Batalha)

Fonte: Elaboração própria com base em Armstrong (2002).

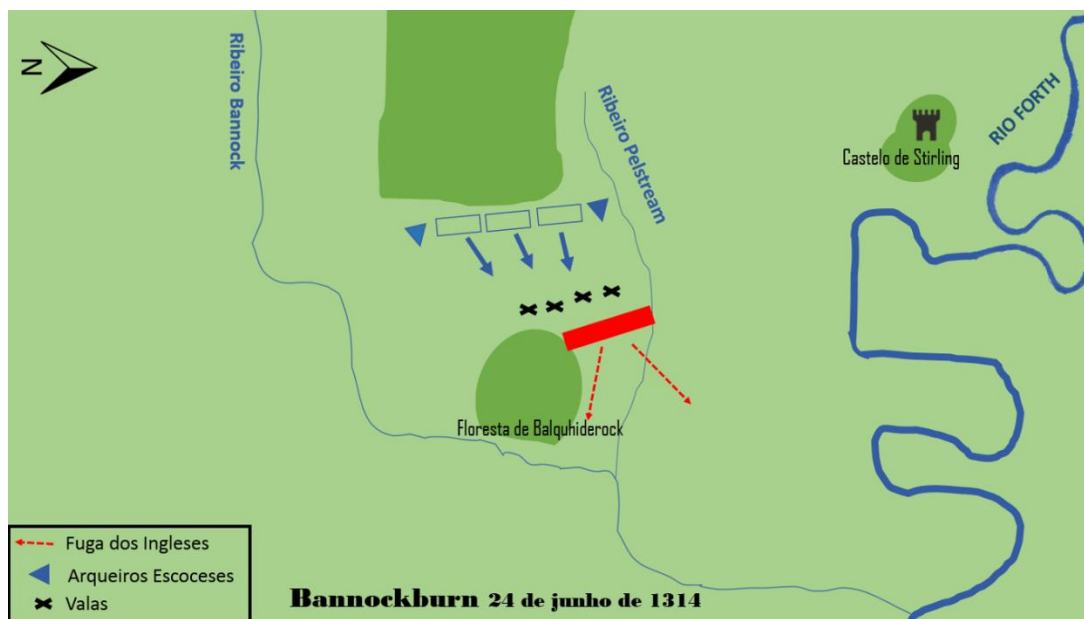


Figura 5 – Esquema da Batalha de Bannockburn (24 de junho 1314)

Fonte: Elaboração própria com base em Armstrong (2002).

Apêndice D – A Batalha de Crécy (1346)

Quadro 4 – Efetivos da Batalha de Crécy (1346)

Data	26 de agosto de 1346	
Local	Crécy-en-Pontieu	
Exércitos	Inglaterra	França
Cavalaria	-	7000
Arqueiros	5500	-
Piqueiros e tropa apeada	3500	14000
Besteiros	-	6000

Fonte: Fonte: Elaboração própria com base em Nicolle (2000).



Figura 6 – Esquema da Batalha de Crécy (1346) (A tentativa dos besteiros genoveses)

Fonte: Elaboração própria com base em Nicolle (2000).



Figura 7 – Esquema da Batalha de Crécy (1346) (O ataque francês)

Fonte: Elaboração própria com base em Nicolle (2000).



Figura 8 – Esquema da Batalha de Crécy (1346) (O triunfo dos arqueiros)

Fonte: Elaboração própria com base em Nicolle (2000).

Apêndice E – A Batalha de Poitiers (1356)

Quadro 5 – Efetivos da Batalha de Poitiers (1356)

Data	19 de setembro de 1356	
Local	Poitiers, França	
Exércitos	Inglaterra	França
Cavalaria	160	8000
Arqueiros	2500-3000	-
Piqueiros e tropa apeada	4000-5000	5000-6000
Besteiros	-	2000

Fonte: Elaboração própria com base em Green (2008).

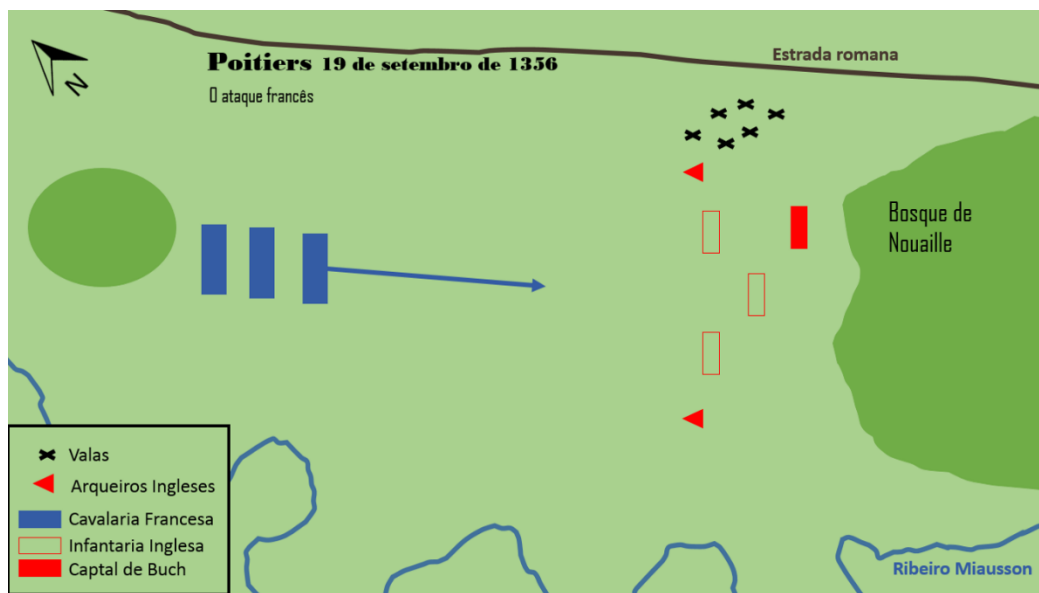


Figura 9 – Esquema da Batalha de Poitiers (1356) (O ataque francês)

Fonte: Elaboração própria com base em Nicolle (2004).

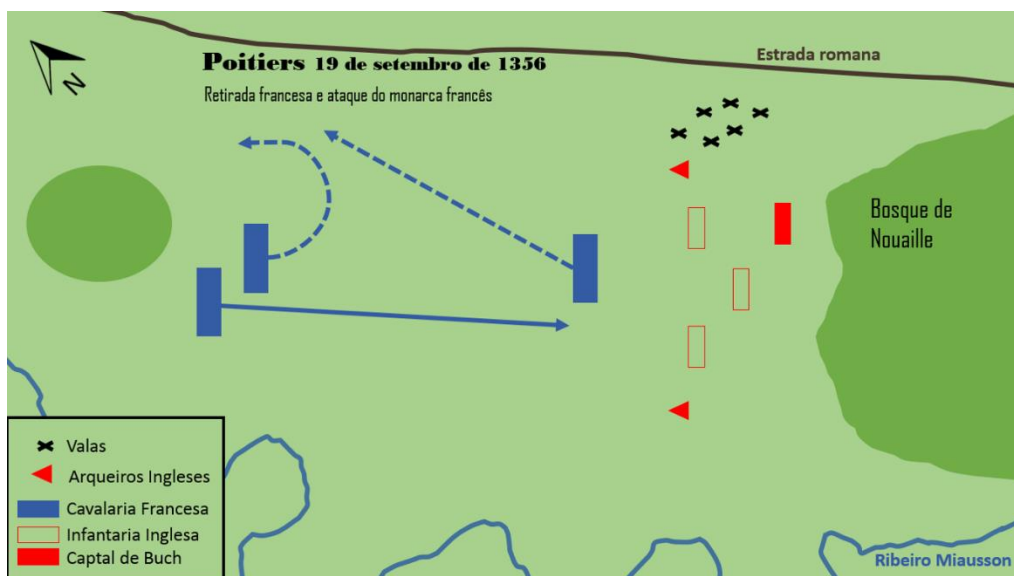


Figura 10 – Esquema da Batalha de Poitiers (1356) (O ataque do monarca francês)

Fonte: Elaboração própria com base em Nicolle (2004).

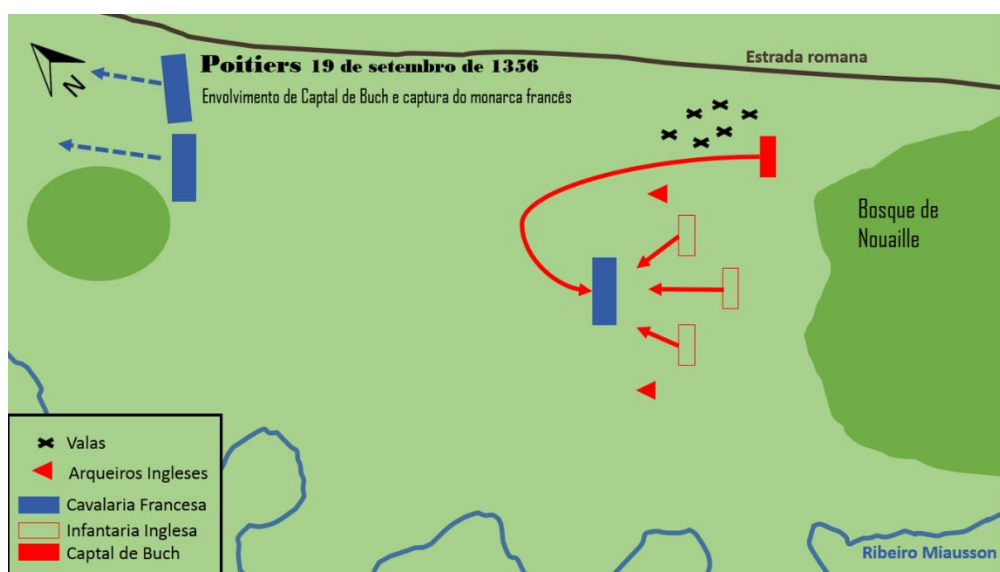


Figura 11 – Esquema da Batalha de Poitiers (1356) (A captura do monarca francês)

Fonte: Elaboração própria com base em Nicolle (2004).

Apêndice F – A Batalha de Nájera (1367)

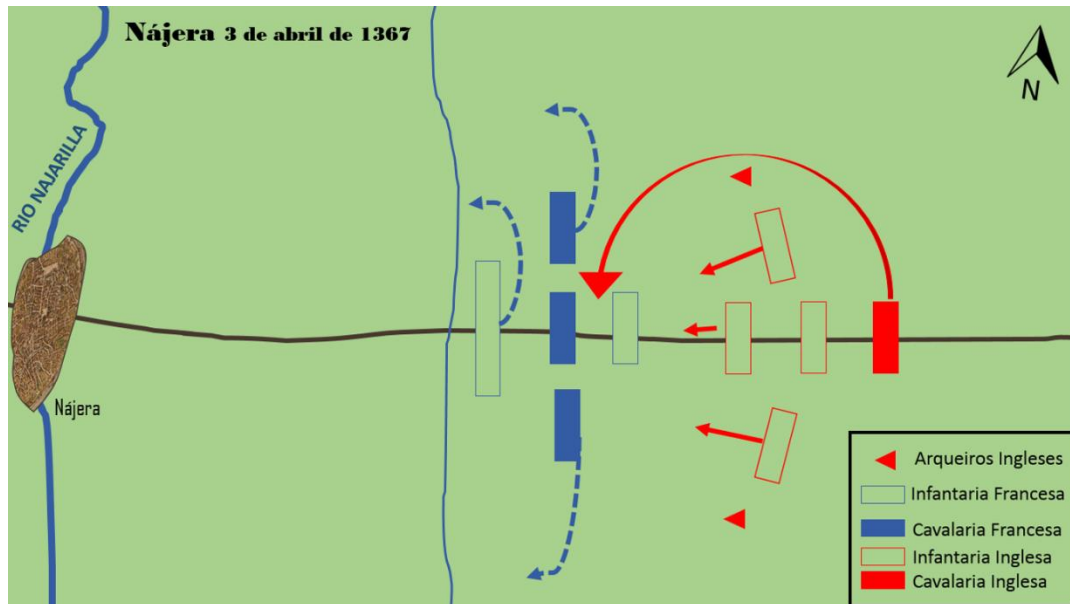


Figura 12 – Esquema da Batalha de Nájera (1367)

Fonte: Elaboração própria com base em Nicolle (2012a).

Apêndice G – O arco longo

Quadro 6 – Comparação entre o arco Longo e a besta

	Arco Longo	Besta
Comprimento (cm)	150 a 190	36
Alcance (m)	275	183
Velocidade do Tiro (km/h)	146,7	152,21
Cadência de Tiro	10 a 12	3 a 5

Fonte: Elaboração própria com base nas informações retiradas de Faust et al. (2014) e Monteiro (2003).

Apêndice H – A Batalha dos Atoleiros

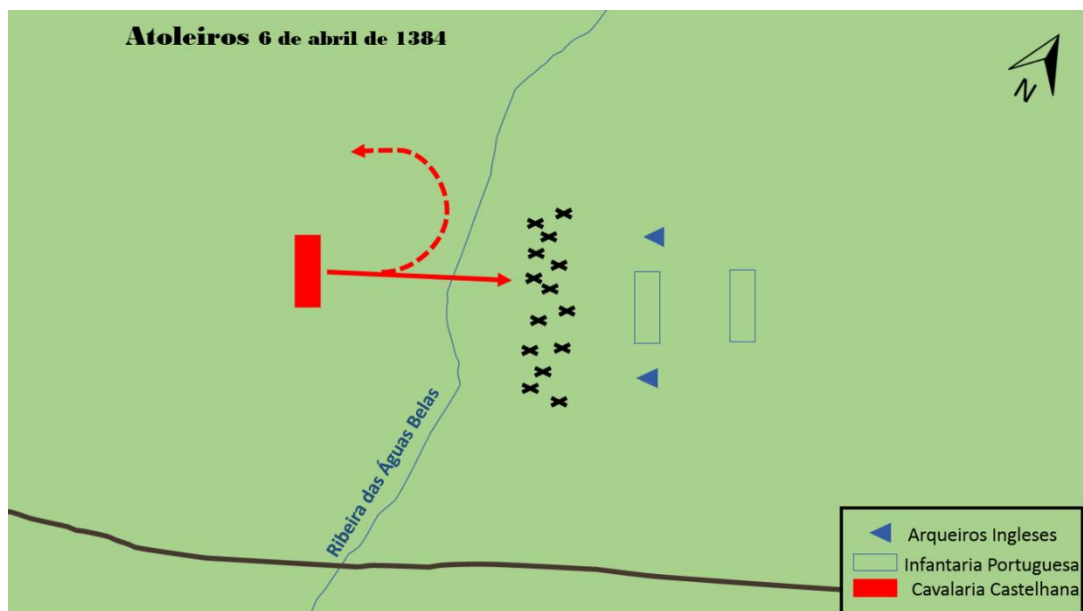


Figura - 13 – Esquema da Batalha dos Atoleiros (1384)

Fonte: Elaboração própria com base em (Monteiro, 2011).

Apêndice I – A Batalha de Aljubarrota

Quadro 7 – Efetivos da Batalha de Aljubarrota (1385)

Data	14 de agosto de 1385	
Local	Aljubarrota, Portugal	
Exércitos	Portugal	Castela
Tropa apeeda	4000-5000	15000
Lanças	1700	6000
Besteiros	800	8000
Ginetes	-	2000

Fonte: Elaboração própria com base em Monteiro (2003).

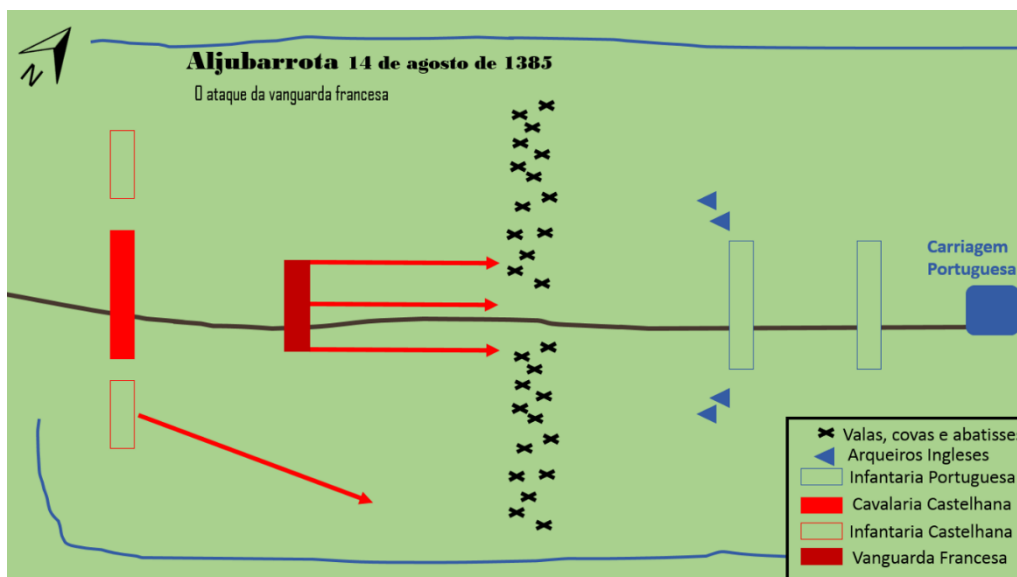


Figura - 14 – Esquema da Batalha de Aljubarrota (1385) (O ataque da vanguarda francesa)

Fonte: Elaboração própria com base em (Monteiro, 2003).

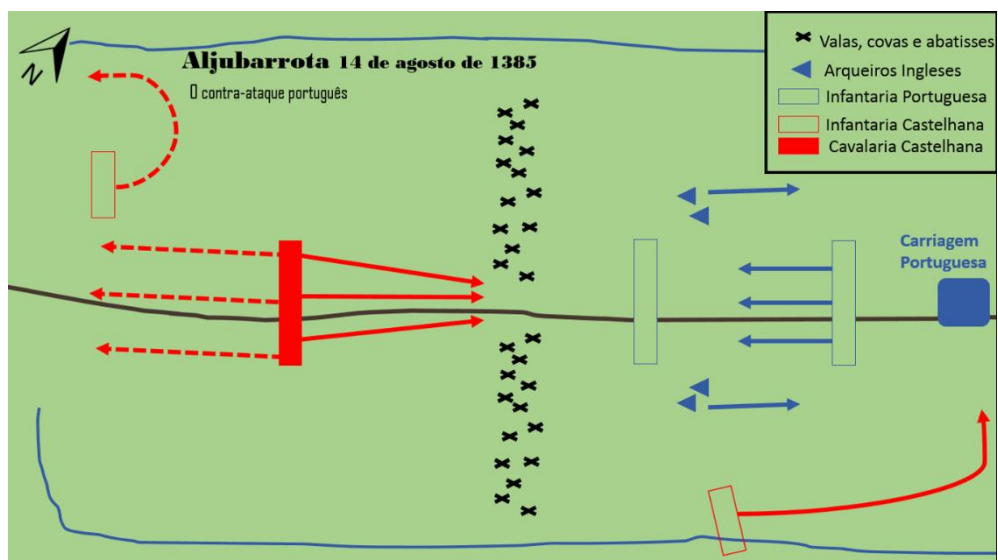


Figura - 15 – Esquema da Batalha de Aljubarrota (1385) (O contra-ataque português)

Fonte: Elaboração própria com base em (Monteiro, 2003).

Apêndice J – A Batalha de Trancoso

Quadro 7 – Efetivos da Batalha de Trancoso (1385)

Data	29 de maio de 1385	
Local	São Marcos, Trancoso, Portugal	
Exércitos	Portugal	Castela
Tropa apeeda	Pouco mais de 1000	?
Lanças	320	400
Besteiros	?	?
Ginetes	-	200

Fonte: Elaboração própria com base em (Barbosa & Gouveia, 2013).

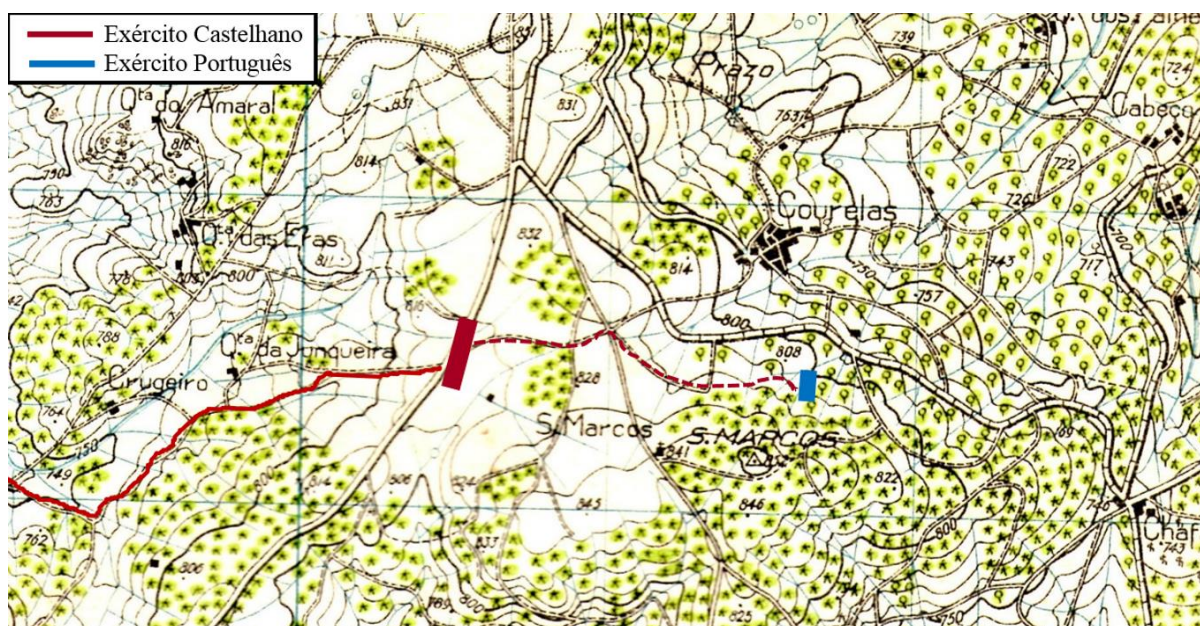


Figura - 16 – A Batalha de Trancoso (1385) – As Posições Iniciais

Fonte: Elaboração própria. Extrato da Carta Militar de Portugal 1/25000, nº 170, de 1937.⁵⁹

⁵⁹ Em formato de Apêndice, esta carta não se encontra à escala mencionada.

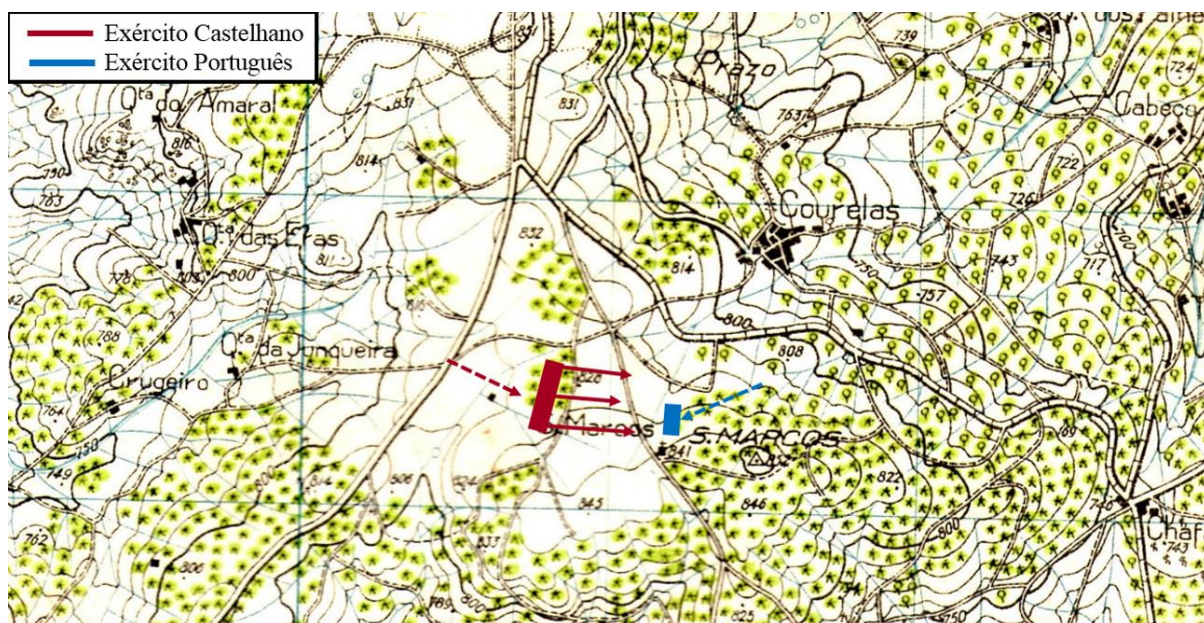


Figura - 17 – A Batalha de Trancoso (1385) – O desvio castelhano e a resposta lusa

Fonte: Elaboração própria. Extrato da Carta Militar de Portugal 1/25000, nº 170, de 1937.

Topographic map of the Serra da Moura region in Portugal. The map shows the proposed Rota Castelhana (red line) and the Rede Viária Antiga (black line). The map includes contour lines, elevation points, and place names such as São Marcos, Crugeiro, and Aveia. A legend in the top left corner identifies the red line as 'Rede Viária Antiga' and the black line as 'Rota Castelhana'.

Fonte: Elaboração própria com base em (Athaíde et al. 2006). Extrato da Carta Militar de Portugal 1/25000, nº 170, de 1937.

Apêndice M – Fotografias atuais no Campo de Batalha de Trancoso



Figura 19 – Perspetiva castelhana junto à Quinta das Corgas

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 20 – A Capela de São Marcos

Fonte: Fotografia do autor.



Figura 21 – Monumento alusivo à Batalha de Trancoso, junto à capela de São Marcos

Fonte: Fotografia do autor.

ANEXOS

Anexo A – O arco longo



Figura 22 – O arqueiro com o seu arco longo

Fonte: (Bartlett & Embleton, 1995).

Anexo B – As Guerras Fernandinas



Figura 23 – A Primeira Guerra com Castela (1369-71)

Fonte: (Barroca et al. 2003).

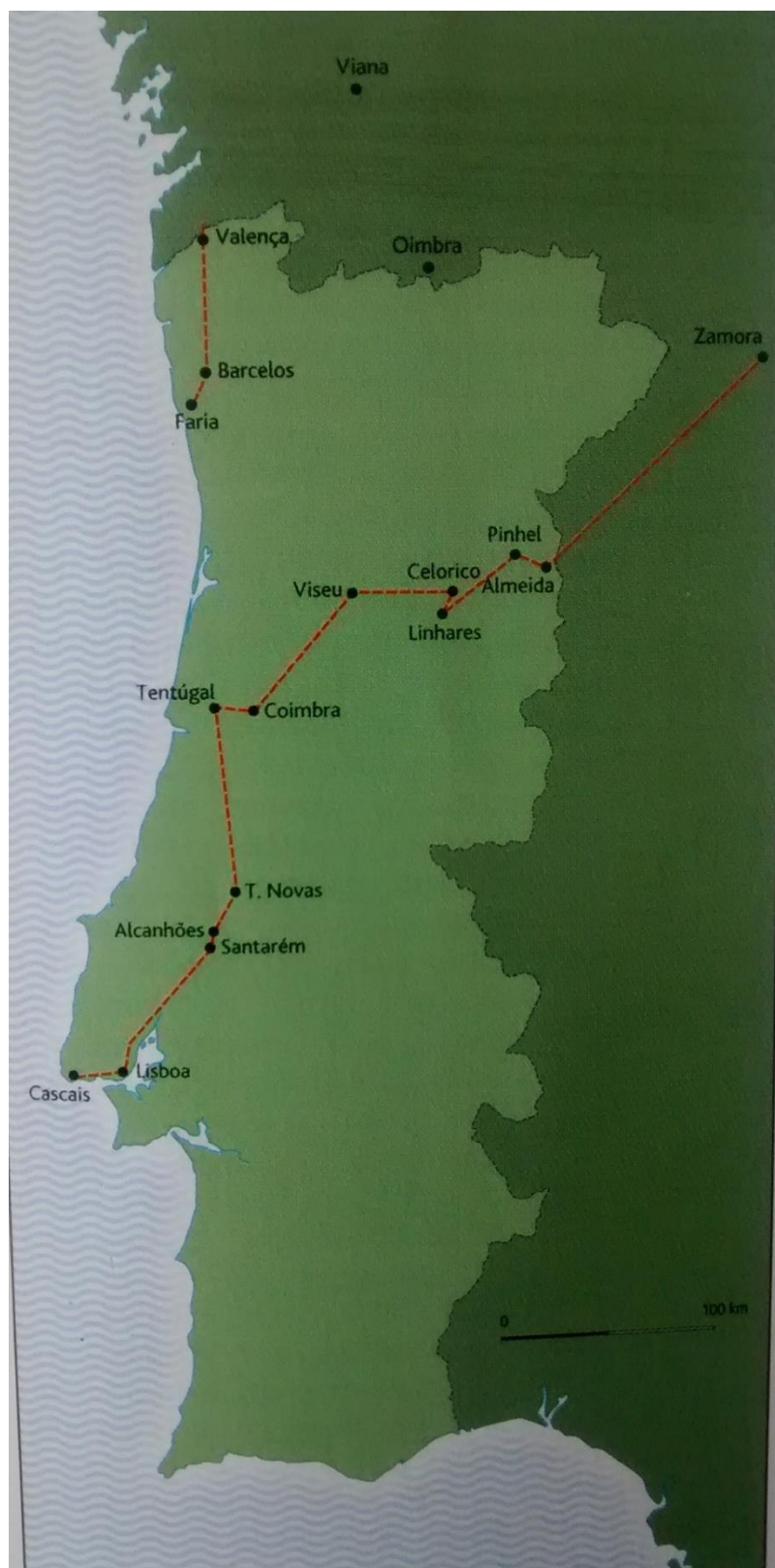


Figura 24 – A Segunda Guerra com Castela (1372-73)

Fonte: (Barroca et al. 2003).

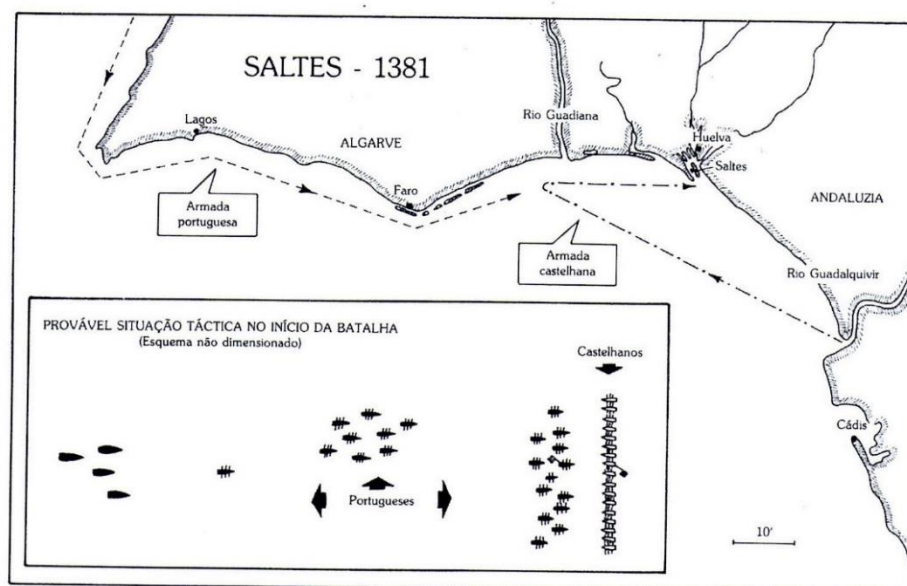


Figura 25 – Combate Naval em Saltes

Fonte: (Monteiro, 2003).

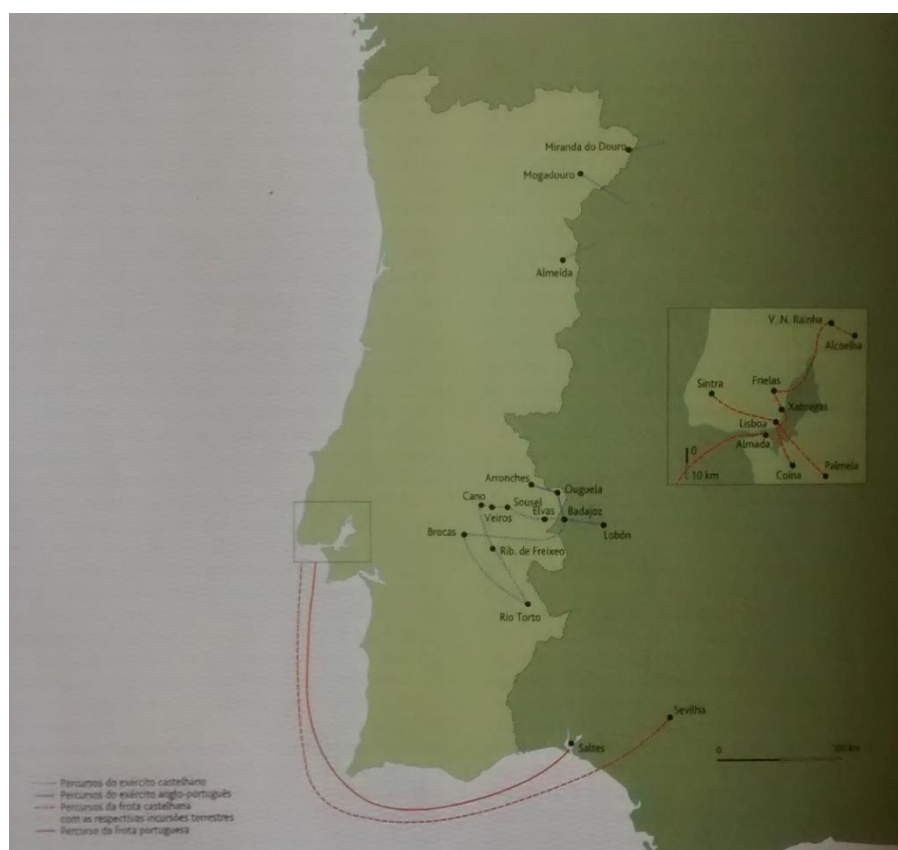


Figura 26 – A Terceira Guerra com Castela (1381-82)

Fonte: (Barroca et al. 2003).

Anexo C – A Incursão Castelhana na Beira em 1385

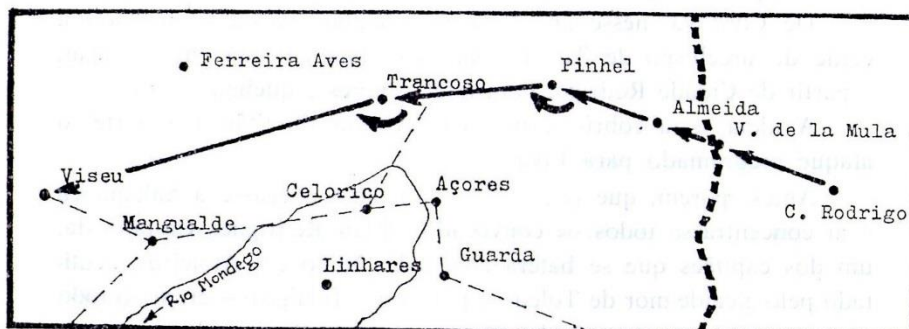


Figura 27 – Incursão Castelhana pela Beira em 1385

Fonte: (Arnaut, 1947).

Anexo D – Trancoso na atualidade



Figura 28 – Carta Militar Atual

Fonte: Extrato da CMP 1/25000, nº 170 (Série M888 do IGeoE).

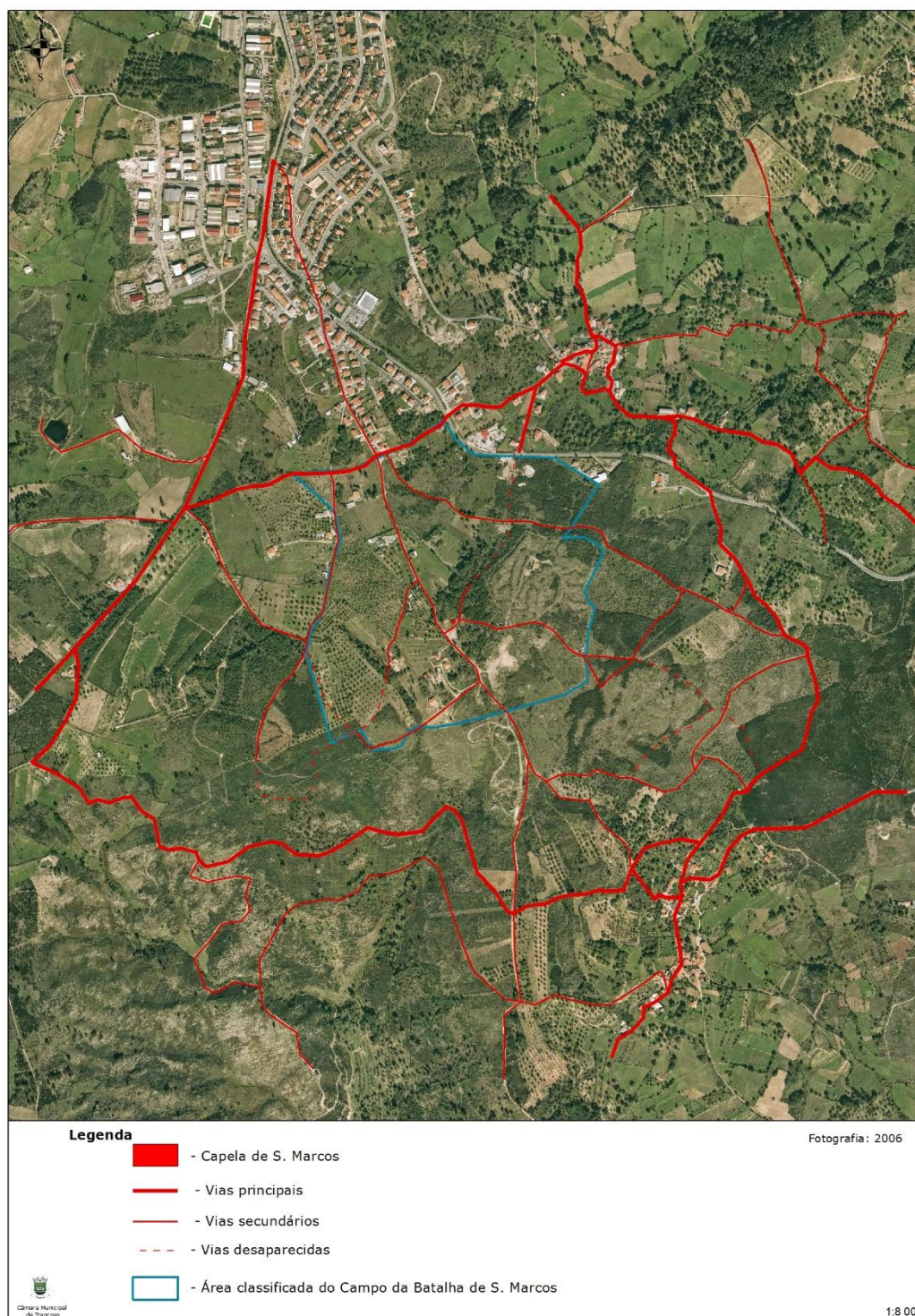


Figura 29 – A Área classificada e rede viária antiga

Fonte: Gabinete Técnico Florestal, Câmara Municipal de Trancoso.